



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES,
HUMANIDADES E LETRAS COLEGIADO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

NALYNI CARNEIRO CARDOSO E SILVA

**A PRESENÇA DA TRADIÇÃO MARXISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA: um olhar sobre a
percepção dos discentes.**

CACHOEIRA - BA 2017

NALYNI CARNEIRO CARDOSO E SILVA

**A PRESENÇA DA TRADIÇÃO MARXISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA: um olhar sobre a
percepção dos discentes.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dra. Silvia de Oliveira Pereira

CACHOEIRA - BA 2017

NALYNI CARNEIRO CARDOSO E SILVA


A PRESENÇA DA TRADIÇÃO MARXISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA
UFRB: um olhar sobre a percepção de discentes

Cachoeira – BA, aprovada em 02 de maio de 2017

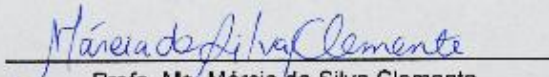
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Sílvia de Oliveira Pereira
(Orientador – UFRB)



Prof. Ms. Sílvia Cristina Arantes de Souza
(Membro Interno – UFRB)



Prof. Ms. Márcia da Silva Clemente
(Membro Interno – UFRB)

Aos meus pais e a minha filha.

Aos meus colegas do curso de Serviço Social.

Aos professores pela inspiração.

AGRADECIMENTOS

O meu coração me diz
Fundamental é ser feliz

Geraldo Azevedo

Agradeço a Deus pela vida, por ter emanado forças para que essa etapa da minha vida pudesse ser concluída.

Aos meus pais por tudo que fizeram em minha vida e ainda continuam a fazer, pelo amor, cuidado, atenção e apoio.

À minha filha Alice, fonte de eterno amor, que todos os dias me motiva a viver cada dia mais.

Aos meus irmãos Éder e Ismáiny, pelo amor, pela amizade, pelo apoio em todos os momentos. Sou grata a Eder pelas poesias, pelas amizades compartilhadas, pela sensibilidade em que enxerga a vida que transpassa a todos que te conhecem. À Ismáiny, pela sua simplicidade, pela sua bondade, pelas gargalhadas. Por ambos serem meus amigos!

Ao meu companheiro Paulo Vitor, que sempre me apoiou em toda caminhada trilhada nessa formação, pela compreensão, paciência, cuidado e amor. Sem seu apoio tudo seria mais difícil.

Às minhas amigas Deise, Denise, Juliana e Mirella, pela amizade, pelo amor, pelos momentos de diversão, pelas conversas, por todo apoio que me deram nessa caminhada.

À minha colega, amiga Nadirjane, que desde o primeiro dia de aula me acolheu e me fez sentir que não estava sozinha nesse universo novo que foi a universidade. Pela amizade que desenvolvemos, pelas trocas de cumplicidades, pelos “papos de mãe”. Amizade que trarei comigo para além dos muros da Universidade.

À minha colega, amiga, Adriana, por toda atenção, amizade, por sempre está disposta a me ajudar. Pelas ansiedades compartilhadas, por todo carinho. A nossa amizade também levarei para a vida.

À minha amiga Haiana, pela amizade, por todo apoio, atenção que me destes. Admiro-te muito, você é uma inspiração para mim.

As minhas lindas supervisoras de estágio, Ezilda e Lilian, pela oportunidade de estágio, por todo conhecimento compartilhado e por nossa amizade.

Ao grupo de estudo e pesquisa marxista – GEPM, por todo aprendizado oportunizado, pelas leituras de obras de Marx e de autores da tradição marxista, que me proporcionaram o entendimento da importância pensamento marxiano para compreendermos a sociedade em que vivemos, assim como importância da transformação social.

Ao professor Bruno Durães, o qual despertou em mim a vontade em conhecer mais sobre quem foi Marx e a sua teoria. Pelo convite em participar do GEPM, e do projeto de iniciação científica – PIBIC, do qual tive a experiência em realizar uma pesquisa, foi uma oportunidade valiosa para mim.

À minha professora e amiga, Marcia Clemente, por todo conhecimento transmitido, por todo apoio que me destes durante a minha graduação, principalmente nessa fase final do curso. Pela amizade, você e sua linda família surgiram em minha vida num momento tão importante, em que aos ficarmos um pouco distante de nossas cidades, sentimos falta dos amigos e dos familiares, ter a presença de vocês é muito bom.

À professora Silvia Arantes, por todo conhecimento, pelas aulas que me inspiravam a entender um pouco mais a história do Serviço Social e a relação com o marxismo. Pela simpatia e generosidade de sempre,

À professora Rosenária Ferraz, pelo incentivo em realizar a presente pesquisa, pelas orientações, pela atenção, pelo carinho.

À minha orientadora, professora Silvia Pereira, pela parceria nessa pesquisa, por toda atenção e carinho. Por me tranquilizar em todos os momentos de

aflição, que não foram poucos. Sempre se mostrando forte e bem humorada e disposta. Foi um grande prazer te conhecer. Muito obrigada!

Por fim, agradeço a todas as pessoas que contribuíram no processo de formação.

Todo começo é difícil em qualquer ciência.

Karl Marx

Relaxe
Relaxe, a vida é sutil
Porém o mundo é vil e nos torna pessimistas.
Relaxe, olhe a sua volta, observe a perseverança da natureza
Diante do descalabro humano.
Relaxe, existe o amor verdadeiro,
Mas é bem provável que você desacredite
Quando passar por decepções inesperadas.
Relaxe, querer agradar sempre
Vai te desagradar quando não pudeses agradar constantemente.
Relaxe e ache dentro de si,
A voz da alma que é abafada
Pelo ego que finge ser teu coração.

Éder Carneiro Cardoso e Silva

“Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente:
não aceiteis o que é de hábito como coisa natural,
pois em tempo de desordem sangrenta,
de confusão organizada,
de arbitrariedade consciente,
de humanidade desumanizada,
nada deve parecer natural,
nada deve parecer impossível de mudar.”

Bertolt Brecht

RESUMO

O presente estudo objetiva explicar e discutir sobre a influência da teoria social crítica de Marx e a tradição marxista no curso Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), identificando a presença da tradição marxista no curso e a percepção dos discentes sobre essa presença. Para isso, analisamos o surgimento da profissão o contexto histórico em que a profissão se desenvolve, enfatizando as influências teóricas que a profissão de Serviço Social recebe, dando ênfase à teoria social crítica de Marx, por ser essa a teoria que proporcionou ao Serviço Social um amadurecimento teórico metodológico que repercutiu na formação profissional e em sua prática profissional. Portanto discutimos a presença desta teoria nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, presença essa que marca a direção social que a entidade adota para a formação do Serviço Social. E realizamos uma análise documental do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRB, e uma pesquisa de natureza qualitativa com os discentes do referido curso, do qual foi possível identificar a importância dada a Teoria Social Crítica de Marx e a tradição marxista na formação profissional do Serviço Social da UFRB.

Palavras-chave: Formação Profissional em Serviço Social, Teoria Social/Tradição Marxista. Discentes.

ABSTRACT

The present study aims at explaining and discussing the influence of Marx's critical social theory and the Marxist tradition on the Social Service course of the Federal University of Recôncavo da Bahia (UFRB), identifying the presence of the Marxist tradition in the course and the students' perception of this presence. For this, we analyze the emergence of the profession the historical context in which the profession develops, emphasizing the theoretical influences that the Social Service profession receives, emphasizing the critical social theory of Marx, since this is the theory that provided the Social Service with a Methodological maturation that impacted professional training and professional practice. Therefore, we discuss the presence of this theory in the ABEPSS Curriculum Guidelines, which indicates the social direction that the entity adopts for the formation of Social Work. And we performed a documentary analysis of the Pedagogical Project of the Social Work Course of UFRB, and a qualitative research with the students of said course, from which it was possible to identify the importance given to Marx's Critical Social Theory and the Marxist tradition in vocational training Of the Social Service of UFRB.

Key words: Professional Training in Social Work, Social Theory / Marxist Tradition. Students.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: PPC do curso de Serviço Social da UFRB

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABESS Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social.

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ALAETS - *Asociación Latinoamericana de Trabajo Social.*

CAHL – Centro de Artes, Humanidades e Letras.

CEAS – Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo.

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

CBCISS - Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social.

CEDEPSS - Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço .

CNE - Conselho Nacional de Educação.

ENEM – Exame Nacional de Ensino Médio.

ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social.

GEPM – Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas.

MEC – Ministério Educação.

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

PPC – Projeto Pedagógico de Curso.

UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A APROPRIAÇÃO DO MARXISMO: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS.....	20
2.1 A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	20
2.2 O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL.....	29
3. FORMARÇÃO PROFISSIONAL E A INFLUÊNCIA DA TEORIA SOCIAL DE MARX NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO	43
3.1 O SERVIÇO SOCIAL E A TRADIÇÃO MARXISTA: AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE MARX.....	43
3.2 AS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL: A PROPOSTA CURRICULAR DE 1996.....	55
4. A PRESENÇA DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA DE MARX E DA TRADIÇÃO MARXISTA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB.	77
4.1 A CONSTRUÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB.	77
4.2 O PERFIL DOS DISCENTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB	88
4.3 A APROPRIAÇÃO DA TEORIA SOCIAL MARXIANA E DA TRADIÇÃO MARXISTA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB: OS SUJEITOS EM CENA.	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	107
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	112
APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA	114

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a presença da tradição marxista no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, e a percepção dos discentes sobre essa presença e sobre a influência na formação profissional. A investigação parte do pressuposto que a apropriação da teoria social crítica de Marx pelo Serviço Social proporcionou um amadurecimento teórico-metodológico para a profissão.

O método de análise utilizado na pesquisa é o materialismo histórico dialético. Compreendemos que o método marxiano proporciona uma análise e interpretação da realidade, porque parte da realidade concreta almejando sua transformação. Assim, conforme nos sinaliza Andrade (2015), entende-se que “apreender as múltiplas determinações sociais exige esforço do pesquisador para ir além das aparências do real, num movimento de sucessivas aproximações” (p.15). Possibilitando assim reconstruir o fenômeno investigando no nível do pensamento. O método que parte do simples ao mais complexo, partindo do abstrato para o concreto possibilitando a “[...] reprodução do movimento do objeto através do pensamento e reflexão que conduzem a um arcabouço conceitual capaz de demonstrar as contradições e determinações do objeto” (ANDRANDE, 2015, p.15).

Partindo da aparência, da realidade imediata, mas não ficando só nela “[...] para conhecer realmente um objeto é preciso estudá-lo em todos os seus aspectos, em todas as suas relações e todas as suas conexões” (GIL,2007, p.32). Portanto, a pesquisa buscou fundamenta-se a partir da categoria totalidade, a atenção em analisar a relação dos elementos postos na realidade, através de mediações indispensáveis para a compreensão do real. De acordo com Konder (2008) “a síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada” (p. 36).

A natureza da pesquisa é qualitativa, para Minayo (2006) esta metodologia se constitui num nível mais profundo da realidade social, que não podem ser reduzidos a números e variáveis. Com objetivo de compreender o que as pessoas pensam a respeito do que está sendo pesquisado. Responde a questões particulares, das quais não são ou não deveriam ser quantificados. O “universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das

representações e da intencionalidade é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos” (p. 64).

A pesquisa inicia-se pela revisão bibliográfica sobre a temática, com autores que discutem o Serviço Social, a teoria social crítica de Marx. A leitura de autores clássicos e contemporâneos, foram importantes para adensar a discussão realizada.

A análise documental é uma ferramenta que utilizaremos na pesquisa, para o levantamento de dados e informações oficiais, a exemplo das diretrizes curriculares do Serviço Social, documentos da ABEPSS, o Projeto Pedagógico do Curso – PPP de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social. Todos foram examinados de forma crítica e reflexiva, para alcançar o que a pesquisa propõe.

De acordo com Chizzotti (1995) a pesquisa documental:

(...) é um método de tratamento e análise de informações, colhidas, por meio de técnica de coleta de dados, consubstanciada em um documento (...) o objetivo de análise de estudo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu sentido manifesto ou latente, as significações explícitas ou oculta (CHIZZOTTI 1995.p 98).

A pesquisa de campo se constituiu no instrumento técnico de entrevistas semi-estruturadas, por possibilitar a formulação de perguntas pré-estabelecidas como guia, em que novas perguntas possam ser formuladas durante a entrevista, possibilitando informações além do que foi listado (MINAYO, 2006).

A pesquisa foi realizada na cidade de Cachoeira-Ba, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, campus em que se concentra o curso de Serviço Social. Os sujeitos da pesquisa foram selecionados considerando o critério de já terem concluído o 4º semestre e optou-se por discentes de semestres diferenciados, para assim obter a visão dos mesmos em diferentes estágios da formação. Considerou-se também a disponibilidade dos discentes que foram convidados para a entrevista em um dia corriqueiro de atividades no CAHL mediante abordagem da pesquisadora com informações sobre a pesquisa e os critérios. Foram entrevistados 2 estudantes

do 7º semestre, 1 do 6º semestre, e 1 do 5º semestre e 1 discente “dessemestralizado”¹ que já cursou as disciplinas do 4º semestre.

Para preservarmos a identidade dos entrevistados, atribuímos-lhes nomes fictícios.

O roteiro das entrevistas conteve questões abertas, em que os sujeitos entrevistados pudessem explanar suas opiniões, sobre o seu processo formativo e a influência da tradição marxista no curso.

O método de análise de conteúdo foi utilizado na pesquisa para a interpretação das informações obtidas. De acordo com Bardin (2006) a análise de conteúdo é um instrumental metodológico que pode ser aplicado em distintos discursos e de várias maneiras de se comunicar, captando assim significados que podem ser desvendados. Nesse sentido, realizaram-se as transcrições das entrevistas na íntegra, com leituras, interpretações.

O interesse pelo tema deriva de algumas disciplinas cursadas durante o processo de formação no curso de Serviço Social da UFRB, a exemplo das disciplinas Fundamentos Históricos Metodológicos I, II e III, que através das aulas e leituras de textos pude perceber que a teoria social crítica de Marx representava como uma importante interlocução com o Serviço Social. E através da disciplina Teoria Social I, em que foi debatido a referida teoria, momento em que tive contato com obras do próprio Marx. Assim como, a participação em um grupo de pesquisa, a saber o Grupo de Estudo e Pesquisa Marxista (GEPM) do qual foi proporcionado leituras e discussões sobre a teoria de Marx.

A pesquisa apresentada justifica-se, além das questões apresentadas, pela possibilidade de contribuir de alguma forma com os discentes e docentes do curso de Serviço Social da UFRB, ao trazer uma análise da formação profissional do Serviço Social, do Projeto Pedagógico do Curso, e apresentar o que os discentes pensam sobre a presença da tradição marxista no curso.

A partir dessas experiências surge à vontade em realizar uma pesquisa que trouxesse elementos da aproximação do Serviço Social com a tradição marxista, apresentando suas contribuições no processo formativo da profissão. Através principalmente dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB. Nessa perspectiva, a pergunta de investigação que norteou a pesquisa, foi: Qual a

¹ A palavra constitui um neologismo no ambiente universitário, e é atribuída aos discentes que cursam disciplinas em semestres distintos.

percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB sobre a presença da tradição marxista no curso?

Para tal finalidade, buscou-se atingir dois objetivos específicos: analisar como a tradição marxista se faz presente no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRB e Identificar a percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB sobre a presença da tradição marxista do curso.

No primeiro capítulo é apresentada a origem do Serviço Social em que se estabeleceu uma interlocução com o pensamento social católico e com o pensamento conservador europeu, estabelecendo uma aproximação com as concepções estrutural-funcionalistas que foram disseminadas nas ciências sociais e humanas norte-americanas, além de resquícios da psicanálise (IAMAMOTO, 2014).

No segundo capítulo é abordada a aproximação teórica da profissão a tradição marxista, que ocorre a partir dos anos de 1960, no conhecido “Movimento de Reconceituação do Serviço Social”. Instaurando o debate plural no âmbito acadêmico do Serviço Social. Sendo assim, é impossível compreender a profissão “[...] independente do diálogo crítico com o acervo intelectual, que vem alimentando, historicamente, a cultura profissional, estabelecendo distintos parâmetros de qualificação da profissão e de sua função na sociedade (IAMAMOTO, 2014, p. 626).

Os assistentes sociais passam a questionar a prática profissional em relação aos conteúdos teóricos que não condiziam com a realidade da sociedade brasileira, num contexto de avanço do capitalismo e conseqüentemente das desigualdades sociais. Assim sendo, o Serviço Social tradicional precisava romper com a herança conservadora e nisso o “movimento de reconceituação” foi fundamental no processo de “erosão” do Serviço Social tradicional.

Mesmo que a apropriação do marxismo tenha se dado inicialmente por “um marxismo sem Marx” ocasionando em “versões deformadas” da teoria de Marx, porém é a partir dessas aproximações que o Serviço Social criou suporte para pensar a profissão sobre a visão das correntes marxistas, possibilitando assim o diálogo entre o Serviço Social e a tradição marxista (NETTO, 2010)

É introduzido um debate apresentado na literatura, entre diferentes concepções do Serviço Social que buscam na teoria social crítica de Marx e na tradição marxista formas de interpretar a profissão.

Em meio ao processo de formação profissional, em meados dos anos de 1980, no período demarcado com “intenção de ruptura” com tradicionalismo e

conservadorismo, em que acontece uma aproximação às fontes marxianas e de produções de autores clássicos da tradição marxista. Nesse mesmo ano acontecem as revisões curriculares do Serviço Social, dando visibilidade maior a pesquisa, obtendo destaque na graduação.

Até chegar nesse momento o Serviço Social experimentou momentos difíceis durante a ditadura militar, no entanto é com a crise da ditadura e o seu fim, que aos poucos a influência marxista ocupa espaço na formação profissional do Serviço Social (NETTO, 2010).

É discutida também a formação profissional a partir das transformações ocorridas na contemporaneidade que incidem diretamente no Serviço Social e faz com a categoria de profissionais, docentes, discentes repensem sobre a sua formação profissional. Acontece assim, as revisões curriculares do curso de Serviço Social.

Que resulta na célebre Diretrizes Curriculares da Associação de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS no ano de 1996. As entidades representativas da categoria profissional, nos documentos se propõem a orientar uma formação profissional do assistente social vinculada a teoria social crítica de Marx, que de acordo com as entidades, essa vinculação esbarram com o projeto de formação apresentado nas Diretrizes Nacionais do Curso, oficializado pelo Ministério da Educação – MEC, em 2001. A proposta do MEC não explicita a direção social marxista que lhe dá sustentação.

E no terceiro capítulo, é analisado na pesquisa, o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRB, a fim de constatar em que medida a direção social marxista, assumida nas Diretrizes da ABEPSS se relaciona com a construção deste documento. Portanto, buscou-se investigar como se organiza como é organizado o PPC do curso de Serviço Social da UFRB, aliado as Diretrizes da ABEPSS.

Recorreu-se também a dados secundários de modo que são apresentado resultados de uma pesquisa realizada na UFRB, por um grupo de pesquisa, que traz o perfil do discente do curso de Serviço Social dessa universidade. Consideramos relevante conhecer esse perfil antes de trazer o resultado da pesquisa de campo

E por fim, apresentamos os resultados da pesquisa, em que os discentes puderam expressar a opinião sobre a influência da tradição marxista em sua formação profissional e sua importância para o Serviço Social.

Importante salientar, que este estudo não tem a pretensão de ser exaustivo nem conclusivo. Pretende ser uma aproximação exploratória com o tema ao qual me proponho, sendo uma contribuição para os discentes e docentes do Serviço Social da UFRB.

2. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL E A APROPRIAÇÃO DO MARXISMO: ASPECTOS SÓCIO-HISTÓRICOS.

2.1 A Trajetória Histórica do Serviço Social Brasileiro

Para que possamos compreender a formação profissional em Serviço Social, é necessário realizarmos uma análise do processo histórico da profissão. Entendendo o significado social da profissão, a partir de sua legitimação na qualidade de profissão inserida na sociedade capitalista.

O surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 30, derivado da iniciativa particular de setores da burguesia, com influência da Igreja Católica européia. A profissão emerge em razão das necessidades da sociedade capitalista, marcada pelo crescimento da classe operária e pelas lutas sociais contra a exploração do trabalho e pela defesa dos direitos de cidadania. A acumulação capitalista já não mais se dava exclusivamente pelas atividades agrárias e de exportação, o seu foco passa a ser no mercado de trabalho industrial. No Brasil desde meados da década de 20, houve a necessidade de repor o quadro político e econômico nacional “(...) a repressão policial, típica da 1º República, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz” (MARTINELLI, 2009, p. 127).

Sobre a gênese do Serviço Social Martinelli (2009) contribui:

O Serviço Social tem em sua gênese marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis: alienação, contradição e antagonismo que buscou afirmar-se historicamente como uma prática humanitária sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja, como uma mistificada ilusão de servir (idem. p. 66).

A identidade que foi atribuída ao Serviço Social, nos dizeres de Martinelli (2009) a “função econômica de fundo ideológico”, mas do que sua função social, para dar respostas à soma de problemas advindos do capitalismo. A burguesia e a Igreja Católica, impulsionados pelo temor de que novas ideologias advindas dos trabalhadores se expandissem, passam a assumir “[...] missões evangelizadoras, a unificação da nação brasileira em torno do cristianismo e, no interior desta, o fortalecimento da família operária na fé cristã”. E assim, a Igreja busca se articular

com o Estado, com o objetivo de recuperar e fortalecer sua notoriedade e a sua hegemonia (MARTINELLI, 2009, p. 126).

A “ação cristinianizadora do capitalismo” que se encontrava em curso era uma causa que envolvia todos os grupos e movimentos católicos. Subjacente a ela encontrava-se a intenção de promover a aceitação ampla do regime capitalista, exorcizando-o, estrategicamente, de seus antagonismos mais evidentes, de suas injustiças mais gritantes (ibid, p.127).

A gênese do Serviço Social é, imbuída de ideias, conteúdos doutrinários advindos da Igreja Católica e da sociedade burguesa. De acordo com Yasbeck (2009):

O Serviço Social se institucionaliza e legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja Católica, na perspectiva do enfrentamento e regulação da questão social, a partir dos anos 30, quando a intensidade e extensão das suas manifestações no cotidiano da vida social adquirem expressão política. A Questão Social em suas variadas expressões, em especial quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a “matéria-prima” e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho (p.129).

Iamamoto e Carvalho (2009) expõem que o Serviço Social é uma profissão que surge em um contexto de expansão do capitalismo na sociedade brasileira, sendo preciso revelar o significado social da profissão no âmbito das relações sociais.

o significado histórico da profissão só é desenvolvido em sua inserção na sociedade, pois ela se afirma como uma instituição peculiar na e a partir da divisão social dos trabalhadores. Como a profissão só existe em condições e relações sociais historicamente determinadas, é a partir da compreensão destas determinações históricas que se poderá alcançar o significado social desse tipo de especialização do trabalho coletivo (social) [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 2009, p. 200).

Os autores ressaltam que o Serviço Social emerge, como uma repartição da Ação Social, em uma doutrina social. A Igreja como uma instituição social de cunho religioso, que se insere no processo “dos antagonismos de classe da sociedade”, sendo solicitava a intervir na dinâmica social de forma mais abrangente. Sendo uma oportunidade para a Igreja fortalecer seu espaço na sociedade que emergia (idem. p.156).

Em Iamamoto e Carvalho (2009) compreende-se assim o significado social da profissão em sua inserção na sociedade capitalista, em sua dinâmica, sendo o modo de produção e de relações sociais que o profissional em Serviço Social será requisitado.

Nesse entendimento o Serviço Social é configurando “[...] como um tipo de trabalho coletivo dentro da divisão social e técnica do trabalho peculiar a sociedade industrial (idem, p. 71)

A uma compreensão da contradição que se dava nos processos em que estão inseridos as relações sociais, no intuito de descobrir o significado social do Serviço Social, “profissão como participante da reprodução das classes sociais, diretamente permeado pelo relacionamento contraditório e antagônico entre elas”. O processo em que se introduzem as relações sociais ocorre quando os profissionais do Serviço Social recebem a tarefa das classes dominantes para intervir junto a classe trabalhadora, “[...] as primeiras contratam e remuneram a segunda recebe os serviços, reforçando a separação entre o pólo que é contratante e o pólo demandante de serviços”(SILVA e SILVA, 2011.p. 42-43).

Com, as mobilizações dos operários nas décadas de 1930 e 1940, a polêmica sobre a “questão social” perpassa por toda a sociedade e faz com que o Estado repense sua posição em relação às condições da força de trabalho, bem como parcelas da classe dominante. Como nos traz Iamamoto (2008) a Igreja vê a “questão social”, como um problema de caráter moral e religioso. O Estado estava incumbido de proteger e regular a propriedade privada, estabelecer limitações quanto à exploração em excesso da força de trabalho, bem como, “defender” os direitos das pessoas que necessitassem de acolhimento.

O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 27)

As primeiras escolas de Serviço Social no Brasil foram ao princípio influenciado pelo Serviço Social europeu e norte-americano, apoiado pela ética

filosófica neotomista². O Centro de Estudo e Ação Social (CEAS), é criado em 1932, como a entidade responsável pelo surgimento da primeira Escola Católica do Serviço Social no Brasil.

O Centro surge após um curso intensivo de “formação social para moças”, organizado pelas Conêgas de Santo Agostinho de 1 de abril a 15 de maio de 1932. A direção desse curso coube a Melle, Adelle de Lounex, professora da Escola Católica de Serviço Social da Bélgica. Com uma programação teórico-prática (que incluía visitas a instituições beneficentes), o curso encontrou grande aceitação entre jovens católicos, que buscavam criar uma associação de ação social. [...] o CEAS tinha como objetivos: difundir a doutrina e a ação social da Igreja (YAZBECK, 2009, p. 130).

Ainda segundo a autora essa instrução ocorre em um período em que a Igreja mobiliza o laicato a partir das diretrizes da “*Rerum Novarum*” do Papa Leão XIII de 1891 que direcionava o magistério social da Igreja em uma conjuntura de busca pela restauração da sua ‘função social’ na sociedade moderna, e a “*Quadragesimo Anno*” de Pio XI de 1931, que celebrando os 40 anos da “*Rerum Novarum*” busca tratar da questão social, valendo-se da renovação moral da sociedade, assim como o seu consentimento à Ação Social da Igreja.

Há, portanto uma “reação católica”, um movimento social vinculado à Igreja, com o objetivo de por meio do Serviço Social, ter uma formação doutrinária dos indivíduos, preservarem seus privilégios que começavam a serem desfeitos com divisão do Estado e da Igreja. Segundo Yasbeck (2009) na formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros, os referenciais do pensamento e da ação emergiam da Doutrina Social da Igreja “[...] no ideário franco belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo”. É nessa relação com a Igreja Católica que o Serviço Social brasileiro justifica suas primeiras ações orientadas pelo pensamento humanista conservador frente à “questão social” (ibid. p. 131).

Em 1936 é inaugurada a primeira escola de Serviço Social do Brasil, na cidade de São Paulo. Nesse momento a “questão social” era pensada através do pensamento da Igreja, que a entende como questão de moral e religião, de responsabilidade dos sujeitos que estão imersos, que vivem numa sociedade

² O Neotomismo é um amplo movimento filosófico, proposto pela Igreja Católica, que tinha como finalidade apresentar, de um lado, a atualidade de Tomás de Aquino e, de outro lado, dialogar com a sociedade contemporânea e nos princípios doutrinários da Igreja Católica.

capitalista. Ou seja, a Igreja apresenta um pensamento bastante conservador, individualista e moralizador sobre a “questão social”.

Nessa fase o Serviço Social receberá uma grande influência religiosa, alicerçada no doutrinário e na moral. Que configuram como um perfil formando com traços de caridade e assistencialismo.

Nessa perspectiva, Martinelli (2009), nos traz que o Serviço Social, tinha sua identidade atribuída pela classe dominante, como um mecanismo de reprodução das relações sociais para garantir a expansão do capital.

Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade (MARTINELLI, 2009, p.124).

Durante a década de 30 e 40 o Estado e a classe dominante se aliam através de práticas assistenciais tais como, assistência médica, social e auxílios materiais. Como forma de conter reivindicações dos proletariados e assim garantir a ordem social. O Serviço Social era, portanto, o instrumento utilizado para conter uma possível rebelião do proletariado em face das variadas expressões da questão social, derivada do sistema capitalista.

Iamamoto e Carvalho (2009) afirmam que

“a questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento de classes operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e Estado (p. 77)

Assim o Serviço Social ganha espaço para o seu desenvolvimento, o empresariado também começa a perceber a necessidade de um “[...] mecanismo de socialização do proletariado, isto é, de instituições que tenham por objetivo produzir trabalhadores integrados física e psiquicamente ao trabalho fabril”. Esse dispositivo dos mecanismos assistenciais do empresariado são mais executados pelas grandes empresas, que contam com creches, escolas entre outros (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 148).

De acordo com Araújo (2010) o profissional era formado a partir das diretrizes ético-religiosas. Que considera as características pessoais, elevando o bem comum, a coletividade em “ajudar o próximo”, fazer caridade.

A demanda por uma formação técnica especializada em Serviço Social intensificou-se quando se ampliou o mercado de trabalho para a profissão. Esse processo originou-se com a criação de instituições estatais, paraestatais e autarquias, as quais prestavam serviços sociais, de modo que em meados dos anos de 1940, após terem instituído as primeiras escolas, o ensino em Serviço Social no Brasil passou a ser reestruturado dentro de novas formas de execução. Estas escolas ou essas instituições pareciam ser mais eficientes na ação do assistente social, atendendo assim as exigências de adoção de novos instrumentos e técnicas (p. 53).

Os profissionais de Serviço Social são requisitados pelo Estado e pelas empresas, para amenizar os “problemas sociais”, a prática desses profissionais era direcionada a partir do pensamento conservador, de “tratar da moral, intelectual da família. Um trabalho educativo com a família operária, para que estes tivessem acesso aos equipamentos sócio-assistenciais, com o intuito de agregar essas famílias a sociedade. Para o Estado e a burguesia, é na família, nos indivíduos que se encontram os motivos de um padrão fora do tido como “normal”, “[...] os efeitos da exploração capitalistas são reconhecidos e transformados em ‘problemas sociais’, justificadores da ação profissional; mas não se colocam em questão as razões históricas dessa exploração” (IAMAMOTO, 2008, p.29).

Os agentes profissionais apresentavam uma abordagem pautada no agir imediato, buscavam dar respostas imediatas, para as instituições, como para os seus “clientes”. Sem questionar a ordem vigente, o que para Martinelli (2009) marcou a profissão “o feitiço da prática, impregnado na estrutura da sociedade, se apossou dos assistentes sociais, insuflando-lhes um sentido de urgência, uma prontidão para ação que roubavam qualquer possibilidade de reflexão e de crítica” (p. 127, grifo da autora).

O Serviço Social a partir da base teórica de comunidade com um princípio de liberdade se aproxima da “filosofia social humanista cristã”, no mesmo momento que, tem os seus mecanismos de intervenção integrados ao Serviço Social norte-americano no que se diz respeito “[...] aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidades”. No entanto o projeto de “[...] ação profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista.” (IAMAMOTO, 2008, p.28).

De acordo com Aguiar (2011) na década de 1940 e início da década de 1950, com a chegada do Serviço Social americano, vem para o Serviço Social brasileiro a perspectiva funcionalista. Essa que marcou o Serviço Social no Brasil. “o funcionalismo marcará sua presença através das Ciências Sociais como Durkheim, Malinovski, Parsons e mais recentemente Merton” (p.83).

De acordo com Araujo (2010) em 1946 é organizado a Associação das Escolas Brasileira em Serviço Social – ABESS, que foi responsável por difundir o currículo e da homogeneização do ensino no país que:

[...] reunia 13 escolas, sua iniciativa deveu-se a necessidade de reconhecimento e de regulamentação do ensino do Serviço Social no Brasil em nível único e superior. Essa entidade passou a promover as convenções nacionais a partir de 1951, nas quais discutiam entre outros, a estruturação do curso, ensino dos métodos (Introdução ao Serviço Social, Serviço Social de Casos, de Grupo e Comunidade) e outros métodos da área Médica, do Trabalho com Menores, o estágio e a supervisão, além da regulamentação do exercício da profissão (p.56).

Com o Estado Novo firmado, é preciso lidar com duas demandas que é segundo Silva (2011):

Absorver e controlar os setores urbanos emergentes e buscar, nesses mesmos setores, legitimação política. Para isso, adota uma política de massa, incorporando parte das reivindicações populares, mas controlando a autonomia dos movimentos reivindicatórios do proletariado emergente, através de canais institucionais, absorvendo-os na estrutura corporativistas do Estado (p.77).

É preciso situar as marcas da origem do conservadorismo, e o processo ao longo do tempo da prática da matriz teórico-metodológica que foram mudando, mas preservando o conservadorismo.

Como salientamos o Serviço Social surge e se desenvolve em meio a ambiente teórico, passando pela influência do pensamento conservador europeu, franco-belga, à sociologia conservadora norte americana, a partir dos anos 40,

[...] incorpora a noção de comunidade como matriz analítica da sociedade capitalista e como projeto norteador da ação profissional”, a sociedade encontra-se estruturada não mais de acordo os princípios das relações de comunidade, e sim, de acordo com princípio da “racionalidade burguesa da reprodução do capital” (IAMAMOTO. 2008, p. 26, 27).

Ao longo da sua história dialogou com diversas correntes teórico-metodológicas que basilararam e orientaram a formação e a prática profissional. Yazbeck (2009) salienta que o Serviço Social brasileiro teve como primeiro suporte teórico-metodológico necessário a sua qualificação técnica de sua prática e sua modernização na matriz positivista, que tinha uma percepção distorcida do ser social. As relações sociais dos indivíduos são percebidas com dados isolados, em sua imediaticidade, eis o método positivista.

A perspectiva positivista que restringe a visão da teoria ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação. Não aponta para mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se antes para os ajustes e conservação. Particularmente em sua orientação funcionalista, esta perspectiva é absorvida pelo Serviço Social, configurando para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentos e técnicas para a intervenção, com as metodologias de ação, com a “busca de padrões de eficiência, sofisticação de modelos de análise, diagnósticos e planejamento, enfim, uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais (YASBECK.2009 apud YASBECK,1984,p.71).

Araújo (2010) expõe que no contexto dos anos de 1950, a formação profissional teve como marco a regulamentação do ensino em Serviço Social, e também, a aprovação do primeiro currículo de Serviço Social no país.

A formação passa a abarcar um conteúdo de natureza mais psicológica e sociológica, incluindo a Ética, em profundo entrosamento com a religião, que exigia esforço para o aperfeiçoamento moral do aluno. Nesse momento, o objeto de conhecimento são os problemas sociais e a atuação profissional ampliam-se para campos como: habitação, educação, alimentação, recreação etc (p. 57).

Com traz Silva (2011) o surgimento de grandes instituições, o mercado para o Serviço Social é ampliado, o que possibilitou que o Serviço Social se distanciasse de suas bases confessionais, se tornando assim numa atividade institucionalizada. “Suas bases de legitimação são deslocadas para o Estado e para os setores empresariais da sociedade ao mesmo tempo em que o assistente social se transforma numa típica categoria profissional assalariada”. Surge um interesse pela profissão já remunerada, o Estado e o empresariado demandam do assistente social mecanismos de enfrentamento da “questão social”, os profissionais passam a atuar na execução de políticas sociais (SILVA E SILVA, 2011.p. 44).

E é no governo de Juscelino Kubitschek, final na década de 1950 e início da década de 1960, que se evidencia a crise da acumulação capitalista, sustentado por um governo com um modelo desenvolvimentista, com um fortalecimento do setor privado. A política econômica tem uma grande força nesse período, o que deixa em segundo plano a política social. Entretanto, o Serviço Social começa a ter uma presença mais significativa durante a década de 1950. A Organização das Nações Unidas (ONU), assim como outros organismos internacionais divulgam o Desenvolvimento de Comunidade (DC) como uma maneira de agregar o empenho da população aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento. Permeada “[...] por uma visão acrítica e aclassista que se sustenta em pressupostos de uma sociedade harmônica e equilibrada, percebendo a comunidade como unidade consensual, cujo objetivo seria a união dos esforços do povo aos do governo” (ibid.p.45).

Em meio ao contexto do populismo que se inicia uma perspectiva crítica do Serviço Social “tradicional”, os assistentes sociais se aproximam dos processos de lutas por mudanças em suas ações profissionais. Motivados pelas frustrações políticas em diversos setores sociais que ganha força no Brasil e na América Latina. No Brasil, no governo João Goulart há “[...] uma política populista mais racionalizada, com o nacionalismo desenvolvimentista, que se contrapõe internacionalização da economia brasileira, abrindo espaço para os processos de mobilizações e lutas” (SILVA E SILVA, 2011, p. 46).

Há, portanto, nessa conjuntura, uma consciência popular, de diversos setores na luta por reformas, em especial a política externa independente. Segundo Silva e Silva (2011) ocorre um processo de avanço das lutas de operários e camponeses, estudantes, ligas camponesas, sindicato rurais e movimento de Educação de Base (MEB) entre outros.

O Serviço Social passa a ser cada vez mais solicitado pelo Estado, nesse período, na área do conhecimento, a Doutrina social da Igreja dá lugar a vertentes da psicanálise e sociológicas, principalmente o positivismo e o funcionalismo, ocorre uma sistematização do Serviço Social de Casos e de Grupos. A prática dos assistentes sociais começa a se voltar para a comunidade, com “[...] um caráter mais humanista a formação profissional passa a se pautar pela busca do avanço técnico na perspectiva do ajustamento do individuo numa sociedade harmônica” (ibid.p. 47).

Ocorre uma indagação a este referencial, em meio a um contexto de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais, na década de 1960, com a expansão do capitalismo mundial, que estabelece na América Latina um modo de desenvolvimento excludente e subordinado. “A tensão começava a ser um divisor de águas, e inúmeras críticas surgiram no interior da formação profissional contra o tecnicismo dos métodos norte-americanos e seus princípios doutrinários” (ARAÚJO, 2010, p. 59).

Como também ao sistema vigente, são no capitalismo monopolista que são produzidas as contradições basilares do sistema capitalista. Proveniente desse sistema que explora a força de trabalho, no qual os burgueses detentores dos meios de produção se apropriam da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora. Aumentando a exploração, alienação, o “exército industrial de reserva”, a desigualdade e exclusão social. “Esta época é a de agudizamento de todas as contradições inerentes ao sistema: contradições entre a relação Capital e o Trabalho, agravando e agudizando assim as expressões da ‘questão social’ (NETTO, 1992, p. 35).

2.2 O Processo de Renovação do Serviço Social no Brasil

A aproximação do Serviço Social brasileiro com a produção marxiana e sua tradição são engendradas no marco Renovação do Serviço Social, processo que refundou as bases teórico-metodológicas e ético- políticas da profissão. Essa apropriação deriva de uma revisão crítica de padrões morais tradicionais na profissão, assim como numa interlocução vulgar do marxismo.

Autores a exemplo de Netto (2010) apontam que a partir dos anos 60 até a década de 90, o Serviço Social brasileiro perpassa por um processo de mudanças e amadurecimento, que o referido autor intitula como Renovação do Serviço Social. O exercício e a formação profissional do assistente social passam por transformações, e se torna mais crítico. Há uma organização política da categoria profissional.

No âmbito das suas natureza e funcionalidade constitutivas, alteram-se muitas demandas práticas a ele colocadas e a sua inserção nas estruturas organizacional-institucionais (donde, pois, a alteração das condições do seu exercício profissional); a reprodução da categoria profissional - a

reprodução dos seus quadros técnicos – viu-se profundamente redimensionada (bem como os padrões da sua organização como categoria); e seus referenciais teórico-culturais e ideológicos sofreram giros sensíveis (assim como as suas auto-representações) (2010, p.115).

Netto (2010) destaca o período *autocrático*³ *burguês*, que até o final da década de 1960, as ações e os seus discursos fortaleciam o Serviço Social tradicional, o Estado buscava aniquilar com segmento profissional que se rebelasse de alguma forma, bem como assegurar o exercício dos profissionais do Serviço Social que se faziam importantes para o bom funcionamento do sistema capitalista. Era preciso, portanto “[...] um firme estrato de executores de políticas sociais localizadas, bastante dóceis e, ao mesmo tempo, de contra-arrestar projeções profissionais potencialmente conflituosas” (ibid. p.118).

Restando ao Estado Ditatorial a função de “[...] não somente criar o melhor quadro legal-insitucional para a concentração e a centralização, mas ainda induzi-la mediante uma ação interna no processo de produção e acumulação”. Ou seja, o Estado precisaria responder aos interesses do capital (NETTO, 2010, p. 30).

O período marcado pela ditadura militar no Brasil foi, portanto, um cenário marcado por transformações em grandes aspectos para a categoria do Serviço Social. Em que ocorre um redimensionamento a partir de 1961-1967, do mercado de trabalho dos assistentes sociais pelo Estado autocrático, que passa a exigir um desempenho profissional, que de acordo com Netto (2010) era “[...] a racionalização burocrático-administrativa com que a modernização conservadora incidiu aos espaços institucionais”, portanto requisitava um assistente social que respondesse aos objetivos do Estado (p 122).

O efeito global dessas experiências engendrou precisamente um vetor de erosão do serviço Social “tradicional”: implicou um dimensionamento técnico-racional – que derruía os comportamentos profissionais impressionistas, fundados conseqüentemente em supostos humanistas abstratos e posturas avessas ou alheias às lógicas da programação organizacional (NETTO, 2010.p. 123).

³ O termo “autocracia burguesa” foi definido por Florestan Fernandes (1975) ao assinalar que o Estado brasileiro foi dimensionado para exercer uma política estatal e um tipo de intervenção econômica essenciais para a viabilização do capitalismo monopolista (FERNANDES, 1975, p. 261)

O autor traz que em razão das contradições que o Estado ditatorial gerava sua política cultural resulta na emergência de um novo pensamento social de oposição ao regime ditatorial, “[...] explicitamente reclamando-se de esquerda” (idem. p.103).

Ainda de acordo com Netto (2010), no início “[...] esse pensamento surge nos espaços universitários como processo de resistência e oposição, como uma nova reflexão crítica sobre a educação brasileira”. No período ditatorial estando o ensino comprometido com o modelo modernizador e com o controle político, muitos professores passam a refletir criticamente sobre a educação brasileira. Grupos de docentes de diferentes universidades aliando-se às inquietudes ocasionadas pela ditadura militar, impulsionadas também do próprio movimento social. Tais inspirações advindas de diferentes matizes de esquerda, desde “[...] a impoção social-democrata a requisições de corte socialista revolucionário, cobrindo proposições utópico-romântica e mesmo anarcóides” (p. 104).

O marxismo ainda não tinha sido introduzido no ensino superior, e quando passar a ocorrer a sua aproximação era dada de forma precária. O acesso aos escritos originais de Marx só aconteciam em condições especiais.

Se, na origem, foi tortuoso e limitado o acesso á obra de Marx, as gerações mais recentes, das quais emergem os atuais docentes das Instituições de Ensino Superior, sofreram uma atrofia muito maior quanto a possibilidade desse conhecimento com o corte imposto pelo Golpe de 64. Como consequência, a maioria desses docentes não teve, em sua formação básica e profissional, nenhuma referência á obra de Marx, e muito menos, acesso aos originais (QUIROGA, 1989, p, 114).

Em sua investigação teórica Netto (2010) assinala que em meio a todo esse contexto no âmbito da universidade brasileira, que a interlocução entre o marxismo e os setores do Serviço Social consistirá uma renovação teórica para a profissão, se tornando um núcleo por parte dos profissionais se tornariam a vanguarda da produção teórica profissional da década de 1980. Mesmo as universidades tenham sido atingidas pela política educacional e cultural do período autocrático burguês, “[...] ao mesmo tempo, engendraram-se circunstancias que permitiram a incorporação [...] pelos quadros docentes marcados pelas lutas sociais estudantis da década anterior, de influxos teórico-metodológico e críticos que questionavam as bases da autocracia burguesa” (p. 129-130).

De acordo com o autor esse pensamento de esquerda que emergiu no período autocrático teve como suporte teórico da tradição marxista, embora o autor diga que a cultura de esquerda “[...] não se reduziu á inspiração marxista, mas tem essa o seu componente axial (NETTO, 2010, p. 111).

Portanto, a discussão da crítica marxista no ambiente cultural de esquerda não significou que no processo de renovação do Serviço Social, tal perspectiva tenha sido hegemônica pelos profissionais. A questão é que o Serviço Social foi inserido numa interlocução acadêmica e cultural contemporânea ao período retratado (BEZERRA, 2014).

A categoria profissional, durante a década de 1960, dialogou com as ciências sociais a partir “[...] das chamadas ciências sociais acadêmicas, quando o legado marxiano foi apropriado de forma fragmentada e academicista [...] para os sociólogos críticos, Marx é um sociólogo; para os economicistas heterodoxos, Marx é um economicista etc” (NETTO, 1998, p. 96).

Entendendo que o dialogo entre setores do serviço social e a tradição marxista se configuram a partir da década de 60, e envolvendo diferencialmente segmentos profissionais (notadamente docentes) em algumas áreas capitalistas de desenvolvidas (América do Norte, Europa Ocidental) e muitas áreas capitalistas periféricas (com especial destaque para a América Latina), na intercorrência de três fenômenos: a crise do serviço social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil. A inépcia dos padrões profissionais consagrados pela tradição, bem como de suas referências ideais, em face de processos de precipitação e efervescência sociais emergentes deflagrou um movimento de politização que vinculou os outros dois fenômenos arrolados, redimensionados os influxos que provinham das correntes “críticas” das chamadas ciências sociais (p. 96-97)

Nesse contexto a profissão introduz um pluralismo teórico, metodológico, e político, colocando assim o Serviço Social tradicional para escanteio. Marcando assim o período de renovação profissional em que várias tendências profissionais enriqueceram o debate profissional, fragilizando assim a dimensão tradicional da profissão.

Segundo Netto (2010) o processo de erosão do Serviço Social tradicional ocorreu não somente no Brasil, mas em toda América Latina, onde ficou conhecido como “Movimento de Reconceituação” do Serviço Social “[...] a partir de 1965, e teve sua curva ascendente por quase uma década” (p. 146).

Na conjuntura brasileira e latino-americana, de grandes repressões, em um governo de ditadura militar, os assistentes sociais realizam uma análise crítica sobre a formação e o exercício profissional. Esse processo, que se convencionou a chamar de Movimento de Reconceituação do Serviço Social, movimenta de determinações da conjuntura social, política e econômica na América Latina.

A interlocução do Serviço Social latino americano acontece em um cenário de contestações ao capitalismo mundial, que não delimitava-se a esta profissão “[...] ao contrário, espraia-se por praticamente todo o elenco de atividades institucionalizadas que, de uma forma mais nítida, opera tributariamente na reprodução das relações sociais” (NETTO, 2010, p. 143).

É a partir desse movimento que “[...] se confrontam diferentes tendências para a profissão, quer do ponto de vista de seus fundamentos teórico-metodológicos, quer do ponto de vista de sua intervenção social” (YASBECK. 2009, p. 145).

Como traz Faleiros (1987 apud NETTO, 2010, p. 146), na busca de uma ruptura com tradicionalismo profissional, o Serviço Social latino-americano “[...] inscrevendo-se numa dinâmica de rompimento com as amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora”.

A Reconceptualização está intimamente vinculado ao circuito sociopolítico latino-americano da década de sessenta: a questão originalmente a comanda é a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento. Indagando-se sobre o papel profissionais em face de manifestações da “questão social”, interrogando-se sobre a adequação dos procedimentos profissionais consagrados às realidades regionais e nacionais, questionando-se sobre a eficácia das ações profissionais e sobre a eficiência e legitimidade de suas representações, inquietando-se com o relacionamento da profissão com os novos atores que emergiam na cena política (fundamentalmente ligado às classes subalternas) e – tudo isso sob o peso do colapso dos pactos políticos que vinham do pós-guerra, do surgimento de novos protagonistas sociopolíticos, da revolução cubana, do incipiente reformismo gênero Aliança para o progresso – ao mover-se assim, os assistentes sociais latino-americanos, através de segmentos de vanguarda, estavam minando as bases tradicionais da sua profissão (NETTO, 2010, p. 146, grifos do autor).

Para Netto (2005) no movimento latino americano de Reconceituação do Serviço Social existirão experiências temporais diferentes entre o Brasil e o restante do continente no que se refere a experiência ditatorial vivenciada em cada país. No Brasil, o regime ditatorial, realizou a “modernização conservadora”, que provocou o

salto desenvolvimentista no país, principalmente no fomento de instituições de ensino e pesquisa. Que resulta na década de 1980 o Brasil possuir um sistema universitário e um parque industrial “[...] este ultimo fator influenciou no perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo” (p. 16).

Nesse âmbito havia os profissionais que buscavam pela renovação do Serviço Social, mas mantendo uma interlocução com a Igreja Católica através da via progressista existente nessa instituição e, os grupos de profissionais que buscavam romper com o a herança conservadora da profissão.

Há uma busca por uma mudança das matrizes histórico-sociais e ideoculturais no núcleo da profissão. Em meio a esse processo sócio-histórico de um regime autocrático burguês, os assistentes sociais em sua pratica profissional e na sua formação, constroem novas aptidões no interior da profissão. O que contribuiu com o processo político de suspensão da legitimidade do regime ditatorial. Surgem então, segmentos de profissionais que passam a discordar do regime autocrático.

Em poucas palavras, isto equivale a afirmar que, instaurando condições para uma renovação do Serviço Social de acordo com as suas necessidades e interesses, a autocracia burguesa criou simultaneamente um espaço onde se inscrevia a possibilidade de se gestarem alternativas às práticas e às concepções profissionais que ela demandava (NETTO, 2010, p.129).

Há, portanto, a necessidade de romper com o traço conservador que surge na gênese da profissão. Que resulta num processo de “[...] discussão e revisão crítica, em nível teórico-metodológico, no sentido de fomentar uma ação articulada com as lutas dos segmentos populares, tendo como perspectiva a transformação social” (SILVA E SILVA, 2011, p.101).

Sendo, portanto, num contexto de ditadura militar no Brasil que o Serviço Social brasileiro passa pelo legado da “Renovação do Serviço Social” por transformações em alguns aspectos na profissão, sobre questões de teoria e de método do Serviço Social ainda que “numa visão modernizadora, cientificista e tecnicista”. A prática profissional é portando redimensionada (idem. p. 101).

Essas transformações acontecem em num regime ditatorial, que apresentava um padrão intervencionista do Estado brasileiro, com intervenções na área social, de acordo com a autora, o Estado controla intensamente a relação capital-trabalho “[...] controla os sindicatos e institui políticas salariais,

transformando-se, inclusive, num grande empresário, que passa a assumir e a dinamizar os setores estratégicos da economia [...]”. Para que o país alcançasse um novo nível de industrialização. (SILVA E SILVA, 2011, p.50)

No pós-64, em meio ao Estado na fase monopolista, acontece uma expansão do espaço sócio-ocupacional dos assistentes sociais, “[...] não pode haver dúvidas acerca da conexão desta expansão com o andamento da já vista industrialização pesada”. O Estado amplia o número de instituições na área de políticas sociais, assim como as empresas privadas (NETTO, 2010, p. 120).

O mercado de trabalho do assistente social se expande, o Estado que já era maior empregador do Serviço Social divide esse espaço com as empresas monopolistas. De acordo com Netto (2010) o espaço profissional cresceu não somente por uma demanda industrial, mas teve uma função sociopolítica também, pois esses profissionais iriam compor os setores de vigilância e controle da força de trabalho no território da produção.

A autora Ortiz (2010) contribui ao colocar que com o redimensionamento da profissão do campo da filantropia para um mercado de trabalho, impõe-se um novo perfil profissional, com competência de encaminhar as demandas que fossem postas a cada dia diante das expressões da “questão social”.

Ser competente significava conhecer os princípios da administração burocrática e sua racionalidade subjacente, como a neutralidade, sem que com isso alterasse os fundamentos ético-políticos e filosóficos, pautados, em larga medida no Positivismo, no ideário neotomista e nos valores da Doutrina Social da Igreja. Ao contrário, tratava-se e reatualizar a herança conservadora presente na profissão, tornando-a ainda mais funcional às exigências da fase do capitalismo monopolista (p. 157).

O que impõe desse novo perfil profissional, a procura por uma formação profissional. Netto (2010) destaca o ingresso do curso de Serviço Social na universidade, ainda que, mantendo a herança conservadora.

Se de um lado propiciou institucionalmente a interação das preocupações técnico-profissionais com as disciplinas vinculadas às ciências sociais, é então que a formação recebe de fato o influxo da sociologia, da psicologia social e da antropologia. É absolutamente inegável o aspecto positivo daí decorrente [...]. De outro lado, o recrutamento de novo pessoal docente – tornando compulsório pela expansão dos cursos – também revelou-se contraditório (p. 126).

Netto (2010) exemplifica a contradição que existiu na profissão “[...] desde a sua emergência na divisão social e técnica do trabalho que não se percebia uma cisão entre os assistentes sociais e sim [...]”, um ambiente de relativa homogeneidade terminantemente se desfaz com a entrada desse novo corpo docente e com a perspectiva pioneira no Serviço Social brasileiro de superação do histórico conservadorismo (p. 158).

Foi, portanto no movimento de Reconceitualização latino-americano que ocorre o reconhecimento no Brasil e em todo o Cone Sul da importância de construir um espaço em que pudessem debater os problemas em comum, assim como a inquietação que os profissionais apresentavam. Surge então, a Associação Latino-Americana de Escola do Serviço Social – (ALAETS), criado em 1965. Concomitantemente, é realizado em Porto Alegre o I Seminário Regional Latino-Americano de Serviço Social, que vai ocorrendo posteriormente em outros países do continente. De acordo com Netto (2010), os seminários “[...] tiveram um papel central no processo da *reconceptualização*”, com a influência de autores latino-americanos e brasileiros (NETTO, 2010, p.147).

Entre o Brasil e a América Latina, existiu também outra grande interlocução teórica, que são o Centro Latino Americano de Trabajo Social (CELATS), com sede no Peru, que produziam a revista *Acción crítica*, da qual publicaram e distribuíram um livro parar toda América Latina, “[...] apresentando conclusões de um seminário latino-americano promovido por este mesmo organismo”. Nessas produções continham a crítica ao tradicionalismo profissional (MARTINELLI, 2009, p. 21).

Netto (2009) expõe que o progresso do movimento de reconceptualização evidencia a heterogeneidade na produção e na luta teórica, destacando duas particularidades relevantes.

O primeiro dele refere-se à relação com a tradição marxista. É no marco da reconceptualização que, pela primeira vez de forma aberta, a elaboração do Serviço Social vai socorrer-se a tradição marxista - e o fato central é que, depois da reconceptualização, o pensamento de raiz marxiana deixou de ser estranho ao universo profissional dos assistentes sociais. O recurso dos reconceptualizadores à tradição marxista não se realizou sem problemas de fundo: excepcionalmente com o apelo às suas fontes originais, no geral valeu –se de manuais de divulgação de qualidade muito discutível ou de versões deformadas pela contaminação neopositivista e até pela utilização de materiais notáveis pelo seu caráter tosco. Mais ainda: a diluição da especificidade do pensamento de inspiração marxiana no cadinho do ecletismo refundou em equívocos tão grosseiros que se chegou a supor a

sua congruência teórico-metodológica com o substrato das propostas de Paulo Freire. Não se trata como se vê, de um ingresso muito feliz na tradição marxista em nosso terreno profissional; entretanto – e não há que perder de vista esse aspecto -, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes para pensar-se a profissão sob lente de correntes marxistas; a partir daí, a interlocução da tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional” (p, 148-149.)

O segundo componente relevante que foi inserido na vinculação dos profissionais no continente sul americano, com a formação das escolas de Serviço Social, das organizações internacionais, ou seja, existia uma verdadeira relação profissional, “[...] no processo em tela articulou-se uma interação que se apoiava no explícito reconhecimento da urgência em fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina [...]”. Que de acordo com Netto (2010), houve uma união construída de forma independente, sem a sujeição imperial. Esse movimento não acontece sem desacerto, mas é através desse movimento que acontece a alteração do caminho e o conteúdo dos encontros que agregavam as inquietudes e os projetos profissionais. É lançando então, uma consciência das peculiaridades latino-americanas (NETTO, 2010, p.149).

Os dois elementos, elencados sobre o movimento de reconceptualização, nos permite perceber o envolvimento do movimento com a interlocução da tradição marxista, assim como, sobre o exercício profissional da América Latina. Como nos traz Netto (2010) na passagem dos anos sessenta para os anos setenta, fica exposto “[...] os segmentos profissionais modernizantes daqueles que apostavam numa ruptura com as práticas e as representações do Serviço Social ‘tradicional’. Não se podia mais esconder o enfrentamento com os que apresentavam certa resistência, os tradicionais, em aderir ao processo de mudança, de renovação. Mesmo que, o pensamento de orientação marxiana tenha sido carregado de equívocos no meio profissional, foi de grande importância, pois, “[...] criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de corrente marxistas; a partir daí, a interlocução entre o Serviço Social e a tradição marxista inscreveu-se como um dado da modernidade profissional” (idem, p.149).

Netto (2010) através da análise da gênese, do desenvolvimento e da crise da autocracia burguesa no país, marca a direção em que a erosão do Serviço Social tradicional desenvolve-se com a construção das propostas das ações profissionais, sendo desenvolvido a partir de três vertentes adotadas nesse processo

cronologicamente, que são a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

O debate se inicia como elemento central que foi organizado pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS reúne profissionais no Brasil, para discutirem sobre novas técnicas que pudessem dar respostas as demandas ocasionadas pelo desenvolvimento capitalista. A primeira vertente é a perspectiva modernizadora, que de acordo com Netto (2010), tinha a preocupação com o desenvolvimento do Serviço Social, do qual teria que se adaptar á conjuntura socioeconômica da realidade brasileira, posterior ao golpe de 1964. O CBCIIS realiza dois seminários, o de Araxá (MG) e Teresópolis que resultam em documentos denominados de *Documento Araxá*, e o *Documento de Teresópolis*. A primeira tendência de Renovação do Serviço Social e a primeira perspectiva, a modernizadora.

Segundo Netto (2010), os documentos de Araxá e Teresópolis tinham um debate teórico que expressou uma tentativa “[...] de adequar as (auto) representações profissionais do Serviço Social às tendências políticas que a ditadura tornou dominantes”. E menciona também que a perspectiva modernizadora era “[...] aceitar como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada” (p. 165).

O Seminário de Teresópolis, conforme Netto (2010) direciona-se numa requalificação do assistente social, definindo o perfil sociotécnico da profissão se inscrevendo assim no circuito da modernização conservadora.

Substancialmente, as reflexões de Teresópolis cristalizam a tendência já expressa no documento de 1967, à redefinição do papel sociotécnico do assistente social. Ao situá-lo como um “funcionário do desenvolvimento”, Teresópolis propõe tanto uma redução quanto uma mercantilização do seu saber e do seu fazer. A redução está ligada à própria condição “funcionária” do profissional: as tradições valorativas são deslocadas pelo privilégio da eficácia manipulativa, e o assistente social é investido de um estatuto básico de e extensamente executivo (tal como parece nas modernas teorias e gestão” (p. 192).

A partir da segunda metade dos anos de 1970, ocorre a segunda vertente, intitulado por Netto (2010) como reatualização do conservadorismo, vertente que de acordo com o autor se caracterizou com a mais “fechada” às mudanças que se colocaram nesse contexto.

Ocorrem o Seminário de Sumaré e Alto da Boa Vista, a vertente da

renovação profissional denominada como reatualização do conservadorismo, da qual Netto (2010) denota como a segunda vertente desse processo, ambos estão imbricados na perspectiva modernizadora, inspirada na fenomenologia, a vertente que recupera os elementos da herança conservadora da profissão.

O lastro conservador não foi erradicado do Serviço Social pela perspectiva modernizadora, ela explorou particularmente o seu vetor reformista e subordinou as suas expressões às condições das novas exigências que a “modernização conservadora” colocou ao exercício profissional. Só este fato, tomado com as suas implicações na redefinição do perfil profissional do assistente social, tornava difícil uma recuperação mecânica e imediata do conservadorismo tradicional da profissão. Ademais, o conjunto de processos sócio-históricos e teórico - ideológicos que cercaram a consolidação e a curva descendente da perspectiva modernizadora conspirava para problematizar qualquer retorno sem mais aos vieses que anteriormente conferiram à profissão os traços postos em xeque desde meados dos anos sessenta. Em suma, no marco político cultural do país e do acúmulo do Serviço Social na entrada do segundo lustro da década de setenta, posturas francamente conservadoras encontravam uma ambiência pouco favorável para se objetivarem como tais na (auto) representação profissional (p.202).

Nesta perspectiva acontece também uma crítica ao positivismo clássico e as versões mais recentes, a crítica parte da influência da fenomenologia.

O dado mais saliente de que se propõe inovador nos textos representativos da tendência renovadora é, sem dúvidas, a reivindicação de um suporte metodológico até então inusual no desenvolvimento do Serviço Social em nosso país: o recurso à fenomenologia aparece neles como insumo na reelaboração teórica a prática profissional. Mais precisamente, a demanda do aporte do pensamento fenomenológico surge como face mais proeminente das colocações significativas dos autores que se inscrevem na perspectiva de reatualização do conservadorismo. É efetivamente a remissão ao influxo da fenomenologia, que emerge como uma das principais balizas diferenciadoras da contribuição desta perspectiva, no processo de renovação profissional, desenvolvido nas duas últimas décadas (NETTO, 2010, p.208).

Segundo Faermann (2016) nessa época, a conjuntura nacional foi marcada pelo declínio do ciclo autocrático burguês, juntamente com o clima que se tinha de efervescência das universidades ocasionada pela crise da ditadura no país, assim como pelas precárias condições de trabalho dos assistentes sociais e pela inserção na base profissional das camadas médias urbanas, e estes foram os fatores que “[...] contribuíram para os questionamentos das primeiras vertentes (modernizadora e reatualizadora do conservadorismo) que animaram o processo

de renovação do Serviço Social no Brasil” (p.39).

A terceira vertente analisada por Netto (2010) é a intenção de ruptura, vertente que “[...] expressou geneticamente, no plano do Serviço Social, as tendências mais democráticas da sociedade brasileira, próprias da década de sessenta”. Sendo possível somente devido ao protagonismo das classes sociais na luta por um Estado democrático, pelas mobilizações da classe operária, pelas camadas sociais médias urbanas e pelo movimento estudantil.

Segundo Netto (2010), a partir dos anos de 1980 ocorre uma mudança substancial na perspectiva de Intenção de Ruptura, houve um aumento da produtividade intelectual, levando a um debate mais avançado sobre a formação profissional. Esse cenário propiciou um acontecimento que se tornou um marco histórico na trajetória da profissão, que foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – CBAS, que ficou conhecido como o “Congresso da Virada”, que ocorreu na cidade de São Paulo. Em que grande parte da categoria profissional realizou uma crítica e recusa do conservadorismo na profissão, buscando sustentar o pensamento crítico marxista e o compromisso político profissional com as classes subalternas. (ABREU, 2016)

A maturação intelectual, profissional e política consolidaram o processo de intenção de ruptura, o protagonismo dos docentes, discentes e profissionais, que não renunciaram aos seus ideais no período da ditadura militar e que continuou no período de transição democrática, buscando retomar a crítica ao tradicionalismo (NETTO, 2010)

É na Intenção de Ruptura que a categoria profissional através da referencia à tradição marxista altera seu eixo teórico de legitimação profissional e também pela primeira vez a tradição marxista “[...] inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais de maneira significativa” (NETTO, 2010, p.263).

É no momento que os profissionais, influenciados por essa perspectiva, decidem em participar da política, ampliando sua consciência social e na recusa de uma ideologia burguesa. Há uma apropriação da tradição marxista do pensamento Althusseriano⁴. O autor Netto (2010) descreve as três fases do movimento de ruptura: *a emersão, a consolidação acadêmica e o espraiamento*, ressaltando que

⁴ A influência althusseriana no Serviço Social refletiu-se numa produção teórica com vertentes estruturalistas, funcionalistas, existencialista, etc.

a perspectiva de intenção de ruptura só veio a se consolidar na década de 80, um cenário propício à construção de um Serviço Social crítico.

Ao projeto da ruptura impunha-se um formidável trabalho teórico-metodológico. Tratava-se tanto da crítica aos substratos do tradicionalismo quanto da aproximação de arcabouço diferente e isto, recorde-se, numa profissão desprovida de acúmulo no domínio da elaboração e da investigação; nem mesmo uma eventual recuperação dos vetores críticos do passado recente aportaria aqui contributo de vulto. E a tarefa era hercúlea na medida em que deveria remar na contracorrente das direções idéias dominantes na vida brasileira. De outra, e também à diferença das demais vertentes renovadoras, cabia encontrar formas e modos de de experimentação para as propostas interventivas decorrentes do novo embasamento teórico-metodológico. Ora num país em que centros autônomos de pesquisa na área social então engatinhavam, o espaço universitário era o que mais se prestava nesse projeto, independentemente da consideração de que, em situações típicas de desenvolvimento, é mesmo na reação acadêmica de ensino, pesquisa e extensão que o topos privilegiado da sistematização da inovação e seus desdobramentos (p.265).

Em sua fase de emersão, na metade dos anos 70, tem suas primeiras formulações do processo de ruptura, é na experiência trabalhos realizado pelo grupo de docentes e profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, que se formulou o conhecido “Método de BH,” documento que apresenta a crítica a neutralidade do Serviço Social tradicional e, a como os profissionais assimilavam a realidade. Segundo Netto (2010) o projeto aproxima-se da tradição marxista através da militância política e da mobilização estudantil do período de 1964-1968. O autor ainda expõe, que dado as “[...] circunstâncias da época, esta aproximação padece de vícios óbvios: instrumentalização para legitimar estratégias e táticas, poucas possibilidades de reflexão teórica sistemática etc”. E no marco profissional, “ela é filtrada pela recorrência a autores que de alguma forma chancela as deformações próprias dessa instrumentalização” (NETTO, 2010, p.268).

Jovens profissionais reunidos em Belo Horizonte explicitam a primeira formulação brasileira da intenção de ruptura: eles elaboraram uma crítica teórico-prática ao tradicionalismo profissional e propõem, [...] em seu lugar uma alternativa global: uma alternativa que procura romper com o tradicionalismo no plano teórico-metodológico, no plano da concepção e da intervenção profissional e no plano da formação (idem, p.263).

Tal método tinha como pretensão uma atuação profissional que tivesse

como objetivo a transformação social, através de uma conscientização, organização da classe subalternizada, podendo ter uma intervenção direcionadas à classe trabalhadora explorada pela burguesia.

No segundo momento, percebe-se o domínio do “marxismo acadêmico”, á uma consolidação acadêmica, aumento dos cursos de pós-graduação. Segundo Netto (2010) ocorre uma procura por fontes originais do marxismo, tendo a possibilidade de apreender a teoria marxiana, que contempla a historicidade das ações humanas.

E o terceiro momento, é agregação dos anteriores, há uma recuperação de diferentes substratos da tradição marxista para analisar a atualidade profissional, da problemática da formação, a campos de intervenção e espaços políticos de prática. A perspectiva de intenção de ruptura atingiu sua maioria intelectual.

“As bases sociopolíticas de sua consolidação repousaram nas lutas pela democratização da sociedade brasileira, com o protagonismo do movimento operário e sindical e com a apropriação, pelo Serviço Social, do legado marxiano, contribuição dada, fundamentalmente, por lamamoto e Carvalho (FAERMANN, 2016, p. 41).

O primeiro estudo, no âmbito do Serviço Social brasileiro, fundamentado nas contribuições marxianas foi a obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica (1982)., de autoria de Marilda Vilela lamamoto, em parceria com Raul de Carvalho.

É notório, que a década de 80 foi um momento histórico para o Serviço Social, marcado por lutas contra um Estado autoritário, por profissionais que buscavam um Serviço Social crítico, num momento em que à um aprofundamento da barbárie, ocasionado pela expansão do capitalismo, principalmente em países do terceiro mundo, como o Brasil.

Há, portanto, um acirramento da “questão social” advinda da contradição capita-trabalho. Diante de novos desafios postos ao Serviço Social, os profissionais precisavam realizar um debate crítico sobre a formação e o exercício profissional. Foi portanto através de todo esse legado da intenção de ruptura que as relações entre o Serviço Social e a tradição marxista se fortalecem.

3. FORMARÇÃO PROFISSIONAL E A INFLUÊNCIA DA TEORIA SOCIAL DE MARX NO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO

3.1 O Serviço Social e a Tradição Marxista: As Contribuições do Pensamento de Marx

Para falarmos da vinculação do Serviço Social brasileiro com a tradição marxista e a teoria social de Marx, recorreremos a autores dos quais consideramos suas formulações importantes para entendermos as contribuições do pensamento de Marx para a profissão.

De acordo com Netto (2009) Marx inicia efetivamente sua trajetória teórica em 1841, aos 23 anos, em que recebe o título de doutor em filosofia pela Universidade de Jena, na Alemanha. Mas é entre 1843 e 1844, quando contrapõe a filosofia de Hegel, sob a influência de Feuerbach, é que o evidencia como pensador original.

Porém, é a partir das formulações de Engels sobre a economia política, que Marx direciona suas pesquisas para análise concreta da sociedade burguesa. “O problema central da pesquisa marxiana a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as condições de crise da sociedade burguesa, fundada no modo de produção capitalista”. (NETTO, 2011, p. 17). É dessa pesquisa que resulta sua teoria social.

Conforme Netto, o método é um dos problemas centrais e polêmicos da teoria social, desde os esforços dos clássicos das ciências sociais “e não é casual que sempre que elas tenham sido objeto de questionamento, o debate metodológico esteve em primeiro plano [...]”. A teoria social de Marx que é vinculada a um projeto revolucionário, a análise e crítica da sua concepção teórico-metodológica “estiveram sempre condicionadas às reações que tal projeto despertou e continua despertando.

Durante o século XX, nas chamadas “sociedades democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens e mulheres, cientistas sociais ou não, foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas (NETTO, 2011, p. 10).

Essa referência segundo o autor precisa ser sempre levada em consideração, pois existem grandes polêmicas em torno do pensamento de Marx, desde as motivações científicas como as de rejeição ideológicas, pois Marx nunca foi um servidor da ordem burguesa “[...] foi um pensador que colocou, na sua vida e na sua obra, a pesquisa da verdade a serviço dos trabalhadores e da revolução socialista” (idem, p. 11).

Segundo Netto (1989) o pensamento de Marx e o Serviço Social pode ser entendido através das vertentes culturais, a partir de dois movimentos distintos “[...] um que estabelece uma espécie de denominador comum entre estes protagonistas e outro que no meu entender, assinala o inteiro antagonismo genético entre eles” (p.90).

O denominador de acordo com o autor é o que é comum a ambos, são os “quadros macroscópicos da sociedade burguesa”, a obra marxiana e o Serviço Social são impensáveis externas a sociedade burguesa. Na bibliografia do Serviço Social, a “questão social” aparece como essencial, “[...] sem eufemismo, o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito histórico no marco da sociedade burguesa”. Mas alerta que na consideração da “questão social” há uma diferença entre os momentos em que ela é posta, quando Marx confrontava com tal questão teórica e politicamente, foi na fase do capitalismo concorrencial clássico, os primeiros momentos da revolução industrial, já para o Serviço Social, ela se torna como profissão na passagem do capitalismo concorrencial ao monopólio em sua fase imperialista (NETTO, 1989).

Para o autor, essa diferença não remete apenas a um dado cronológico, mas algo maior, de outra ordem. De acordo com Netto (1989), para Marx e a bibliografia tradicional do Serviço Social a “questão social” é compreendida como:

Um complexo de processos absolutamente indivorciável do capitalismo; mas exatamente para Marx, o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da “questão social”. Na ótica marxiana, a superação da “questão social” demanda, liminarmente, a ultrapassagem dos marcos do capitalismo. Ora, o pressuposto do serviço social original, aponta para o enfrentamento da “questão social” nos marcos do capitalismo; mais precisamente, o serviço social surge vocacionado para subsidiar a administração da “questão social” nos quadros da sociedade burguesa. Verifica-se portanto, que não é exata a relação, reiterada à exaustão na análise histórica de profissão

histórico-social não se passa entre dois termos, mas entre serviço social e “questão social”, sob o capitalismo dos monopólios – a profissão só emerge na idade do monopólio, quando o Estado burguês desenvolve formas sistemáticas, estratégicas e coesivas para enfrentar as manifestações da “questão social”. (NETTO, 1989,p. 91).

O que Netto (1989) explicita é que existe um “denominador comum” mais significativo na obra marxiana, se compararmos com os que as diferenciam. A vertente cultural a que Marx se filia emerge no iluminismo e ganha uma qualidade maior nas proposições e das organizações do movimento operário e socialista, a vertente revolucionária. Que atribui a Marx o caráter de contemporâneo, apropriando da natureza, e a dinâmica específicas da sociedade burguesa. “Trata-se de uma vertente que, a partir de Marx, só deixará de ser moderna quando a sociabilidade burguesa se exaurir completamente” (idem, p. 91).

Marx foi um pensador que estava inserido na ordem burguesa, sua pesquisa foi direcionada para ultrapassar com a ordem burguesa. Sua tradição revolucionária parte do ser social, seu pensamento cria uma teoria social, cujo “o cariz histórico ontológico é o traço peculiar mais pertinente e decisivo “[...] antes de mais, sua teoria articula-se sobre a perspectiva da totalidade” (Netto, 1989, p. 93).

O Serviço Social é uma profissão que se institucionaliza se apropriando de saberes de uma vertente teórica conservadora. A vertente que de acordo com Netto (1989) criou as chamadas ciências sociais, como disciplinas com autonomia particulares de se legitimar em áreas específicas através da economia, sociologia, antropologia etc. Para o autor, esses “recortes” não consideram a totalidade, é substituída “[...]” por um ‘simulacro, o ‘todo’, equacionado como integração funcional de ‘partes’ e capturável pela perspectiva da inter ou multidisciplinaridade”. Contribuindo para a manutenção de uma ordem, o modo produção capitalista, aos que tem como objeto de estudo a sociedade (p.93).

Recuperar o debate existente entre teoria social e as chamadas ciências sociais se faz necessário, no sentido de compreender os elementos teórico-metodológicos da teoria social para o conhecimento interventivo na sociedade.

A interlocução do Serviço Social e a tradição marxista envolve uma grande parcela de profissionais, sobretudo de docentes. Resultante de três processos “a crise do capital social tradicional, a pressão exercida pelos movimentos revolucionários e a rebelião estudantil”. Essas ocorrências resultaram em “um movimento de politização que vinculou os outros dois fenômenos arrolados, redimensionados os influxos que provinham das correntes ‘críticas’ das chamadas ciências sociais” (NETTO, 1989, p. 97).

O resultado desse movimento foi uma aproximação que foi realizada por requisitos teóricos reduzidos, de natureza ideo-política, e ligada muito mais a questões partidárias do que propriamente pela importante contribuição crítica. As fontes que se recorriam não eram de fontes marxianas, ou dos clássicos da tradição marxista, mas sim de propagadores do marxismo. Da qual autor nomeia de uma “aproximação enviesada de setores do serviço social à tradição marxista – um viés derivado dos constrangimentos políticos, do ecletismo teórico e do desconhecimento das fontes ‘clássicas’ (idem, p. 97-98).

Passados os primeiros anos dessa interlocução, os profissionais do Serviço Social, sustentado em suportes histórico-sociais criam uma sólida relação com a tradição marxista, que são realizadas no âmbito profissional do assistente social, em suas condições de trabalho no sistema capitalista, “[...] no mundo do trabalho contemporâneo, o confronto com a cultura da tradição marxista é quase compulsório“. Portanto:

Na contra corrente da ordem burguesa, suposta ‘morta’ ou ‘superada’, a revolução, sob formas insuspeitadas, vem fazendo o seu trabalho de ‘velha toupeira’ (Marx), pondo a cabeça de fora quando menos se espera. Sob a superfície da acalmia e da estabilidade, a erosão revolucionária opera e repõe, a cada emersão, a contemporaneidade da tradição marxista” (NETTO, 1989,p. 99).

Para o autor, é presumível que essa apropriação deverá aperfeiçoar-se, pois julga-se que essa menção à tradição marxista poderá nos propiciar elementos essenciais para compreendermos o “significado social da profissão”, explicando o significado, a finalidade, as limitações do exercício profissional. Para “iluminar a nossa intervenção socioprofissional”, numa teoria social “macroscópica”, da tradição marxista, direcionando as nossas modalidades de intervenção socioprofissional, especialmente fazendo indicações sobre

realidades emergentes. Dinamizara elaboração teórica dos assistentes sociais, a partir dos conhecimentos teóricos e de sua sistematização. da crítica de suas práticas, os assistentes sociais podem fornecer ao conhecimento dos processos sociais” (ibid, p. 99).

Até aqui nota-se o quanto Netto (1989) contribui ao apresentar suas argumentações dos ganhos, dos saltos que a profissão dar ao se apropriar da teoria social crítica de Marx, da tradição marxista, em sua formação, no seu exercício profissional. O autor destaca três questões fundamentais:

Sem Marx, e a tradição marxista, o serviço social tende a empobrecer-se – independentemente da sua filiação teórica e ideopolítica, o assistente social necessita travar um diálogo sério com Marx e a tradição marxista, sob pena de perder determinações essenciais da sua prática, de fragilizar a sua reflexão teórica e de isolar-se dos debates culturais e profissionais contemporâneos; sem considerar as práticas dos assistentes sociais, a tradição marxista pode deixar escapar elementos significativos da vida social – as práticas dos assistentes sociais frequentemente incidem sobre processos que, tratados pelo referencial teórico-metodológico de Marx, oferecem insumos para a sua verificação e enriquecimento; por mais que seja rigorosa, intensa e extensa a interlocução com a tradição marxista, não se constituirá um serviço social ‘marxista’ – enquanto profissão, o serviço social sempre contemplará uma tal inclusividade que no seu campo se moverão legitimamente profissionais que, incorporando diferentes expressões do pensamento contemporâneo, encontrarão espaços de prática e intervenção diversos e plurais”(NETTO,1989,p. 101).

O autor conclui suas argumentações, retomando o único denominador comum entre Serviço Social e a tradição marxista, situado pela “questão social”, em que sua superação, ou melhor a superação da sociedade burguesa por uma ordem comunista, ‘[...] Marx e a tradição marxista serão considerados como hoje consideramos figuras como Aristóteles. Por seu turno, o serviço social será uma peça de museu”. Ou seja, sem a “ questão social” o Serviço Social não existiria mais, mas Marx diante de toda sua pesquisa sobre a ordem burguesa irá continuar sendo lembrando como um grande pensador.

Todavia, como a superação do capitalismo é ainda algo que compreendemos estar distante de acontecer “[...] vale a pena e ainda valerá por longo tempo investir na formação e no debate profissional do serviço social” (NETTO, 1989, p. 102).

Netto (1989) expõe que a unificação presente no debate necessita ser encarada:

[...] inclino-me a pensar que o debate está centralizado por profissionais vinculados à tradição marxista (ou a ela próximos) 'porque a efetiva diferenciação da categoria não está sendo explicitada'. Nesta eventualidade, a polêmica pode esvaziar-se, dado que distintos protagonistas, representantes de outras tendências, não se fazem ouvir - e a perda é coletiva, posto que não ocorra um confronto de idéias aberto, marxistas e não marxistas deixam de estimular-se reciprocamente no terreno privilegiado que é o do enfrentamento ideal (p.100-101).

O Serviço Social se utiliza dos fundamentos teórico-metodológico da dialética materialista de Marx e da tradição marxista, por compreender que esses referenciais são essenciais para uma apreensão crítica da realidade social, numa concepção de totalidade; significativa a uma intervenção profissional em suas diversas dimensões (CARDOSO, 2016, p. 141).

[...] as bases teórico-metodológicas, são recursos essenciais que o Assistente Social aciona para exercer o seu trabalho: contribuem para iluminar a leitura da realidade e imprimir rumos à ação, ao mesmo tempo que a moldam. Assim, o conhecimento não é só um verniz que sobrepõe superficialmente a prática profissional, podendo ser dispensado; mas é um meio pelo qual é possível decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho realizado (IAMAMOTO, 2006, p.62-63).

Como nos traz Santos (2013) Marx quis conhecer teoricamente a sociedade capitalista, objetivando a sua transformação. Dispõe-se a conhecer o ser social localizado na sociedade burguesa “[...] assim, ele parte de uma concepção ontológica do homem ou seja, ele quer entender o modo de ser e um ser social específico: o ser social burguês, posto na ordem do Capital”. Marx estréia uma formulação de método, que é aliado à teoria (p. 17).

O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo espiritualmente como coisa concreta. Porém, isto não é de nenhum modo, o processo da gênese do próprio concreto (MARX, 1984 apud SANTOS 2013, p. 18).

Utilizando o método dialético, possibilitando identificar nos elementos contraditórios, uma resposta que pudesse ser superada e transformada em fato novo. Entendendo que a realidade é dialética, e que sua superação poderia ser realizada pelos trabalhadores, os proletariados. O seu método era, portanto, o materialismo histórico dialético.

Segundo Cardoso (2016) para Marx o trabalho é um elemento fundante do ser social, próprio do ser, porém não finda, pelo motivo do ser social ter consciência e autoconsciência.

É manifestação do ato consciente, o elemento que separa o trabalho animal do trabalho humano, o qual vai além da simples reprodução biológica. Vai além, mas não a suprime, pois a sociabilidade do ser exige um substrato orgânico e inorgânico, frise-se. Mas o ser social possui uma legalidade própria; possui trações, construídos historicamente, que lhe são imanentes e específicos. Daí, o modo de conhecimento do ser natural não pode ser transportado para o conhecimento do ser social (p. 146).

Em qualquer sociedade as necessidades materiais do ser humano são produzidas através do trabalho. O trabalho o fundamento do mundo dos seres humanos. É através do trabalho que mulheres e homens “constroem materialmente a sociedade, mas também criam suas bases para que se construam como indivíduos”. Ou seja, ao tempo em que transforma a natureza, através do trabalho, a pessoa adquire novos conhecimentos, novas habilidades e assim está também transformando a si mesmo. Esta transformação é tanto melhor quanto maior o conhecimento do indivíduo a respeito do seu trabalho. Entretanto, nas sociedades divididas em classes sociais, nem todos são possuidores dos bens necessários a produção das coisas imprescindíveis à sobrevivência (LESSA; TONET, 2008, p. 17).

Lessa e Tonet (2008) criticam a reificação das pessoas na sociedade capitalista, isto é, sua transformação em mercadoria por ser “a essência das alienações capitalistas”, porque deixa de lado as necessidades humanas e passa a valorizar apenas o que se pode comprar nas pessoas, ou seja, sua força de trabalho.

É essa redução que faz com que a força de trabalho de todos nós possa ser avaliada segundo o critério de toda e qualquer mercadoria: quanto custa para produzi-la? No caso da força de trabalho, o que custa para produzi-la é o indispensável para manter vivo e produzindo

o trabalhador: a pouca alimentação, o casebre ou a favela, o transporte barato em ônibus lotados ou caminhões de bóias-frias etc. O custo, para o capital, dessa mercadoria chamada força de trabalho é muito menor do que as necessidades humanas do trabalhador. O trabalhador é gente e não mercadoria; mas como ao capital o que importa são apenas as mercadorias e os seus custos, a essência humana da força de trabalho é completamente desprezada (2008, p.70).

É dessa forma que se desenvolve o sistema capitalista, como afirmado por Lessa e Tonet, com o aumento da riqueza de um lado e da miséria do outro, como pólos indissociáveis do seu modo de produção. Nas palavras dos autores:

No capitalismo, as relações sociais são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se para um burguês enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim o fará, e a sociedade burguesa aceitará esse fato como “natural”. Insano o burguês que deixar de ganhar dinheiro para defender os interesses coletivos. Para o indivíduo típico dessa sociedade, a coletividade nada mais é do que o instrumento para o seu enriquecimento pessoal. Essa é a essência do individualismo burguês, tão característico da vida social dos nossos dias (2008, p. 68).

Para Marx as categorias são como “abstrações das relações sociais”, são históricas e só podem ser explicadas imersas numa totalidade histórica. Em sua obra Miséria da filosofia (1847) que Marx expressa o real histórico, que considera o estudo da economia política, num entendimento da totalidade da sociedade burguesa. Ele critica a historicidade de Proudhon, pois este não compreendia o atual como história, acreditava que a história só encontra-se na idéia. Mas para Marx, na concepção materialista a história é produzida pelos homens, em um mundo objetivo.

[...] entre o homem ativo e real e seu modo objetivo, é a práxis como atividade humana que compreende a produção material, reprodução da sociedade e produção de representação, de idéias; é a reconstrução de processos ontológicos do ser social como totalidade (CARDOSO, 2016, p. 148:).

A história na perspectiva da totalidade, no materialismo histórico dialético, é uma continuidade de processos históricos, descontínuos, não uma

sucessão de linearidade de acontecimentos, “[...] e seu objeto constitui-se por conjuntos, totalidades ou complexos organizados, configurando uma formação social específica, particular, uma formação que tem suas determinações próprias”. (CARDOSO, 2016, p, 150)

Nesse sentido, em Marx, a totalidade é uma categoria que se coloca como a própria realidade social, na qual o sujeito abstrai as mediações a fim de determiná-la na totalidade. O sujeito apodera-se da totalidade pela abstração, de elementos, para então reconstituir o real. Nesse procedimento, o sujeito vai evoluindo na apropriação de novas determinações, que não são fornecidas de imediato, o real ao ser reconstruído se torna concreto, pois é síntese de múltiplas determinações. Compreende-se então que o concreto é alcançado quando se compreende o real, o verdadeiro ponto de partida.

No debate sobre algumas categorias como trabalho alienado, Marx trabalha com o conceito de homem com ser prático-social, um ser ativo. Em sua obra “Manuscritos econômicos e filosóficos”, de 1844, Marx expõe que o trabalho é substancialmente atividade humana. E, realiza uma crítica aos economicistas burgueses, que apresenta o trabalho somente como força produtiva. E é em Hegel que Marx busca pela descoberta de que as contradições existentes na sociedade burguesa é fruto do trabalho alienado, do trabalho que gera riqueza para os burgueses e pauperismo para os trabalhadores. (CARDOSO, 20116).

Para Marx, a alienação da atividade humana pode ser entendida sobre dois aspectos:

[...] 1) o da relação do trabalhador com o produto do trabalho como objeto alheio que se coloca ao produtor como um poder que o domina;; 2) e o da relação do trabalhador com sua própria atividade, como uma atividade não pertencente a ele, alheia em si próprio. São apontadas aqui, a autoalienação do homem e a alienação do produto de sua atividade como determinações do trabalho alienado (p, 144).

Com base no idealismo hegeliano, Marx busca defender seu método, materialismo dialético indo contra a noção de Hegel do método dialético idealista, desenvolve então sua posição contrariando tal pensamento ao entender que o mundo das idéias não constrói o real, mas a partir dele, que

constrói o pensamento/teoria. Sendo assim, o movimento real é a própria teoria.

É importante entendermos o que seria o “ideal”. Que Marx formula a partir da crítica ao conceito de dialética de Hegel. Marx anotou:

Meu método dialético, por seu fundamento, difere do método hegeliano, sendo a ele inteiramente oposto. Para Hegel, o processo do pensamento [...] é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado (MARX, 1968 apud NETTO, 2009, p.673).

Marx não se limitou a contemplar o real, toda sua obra tem por finalidade contribuir na transformação da sociedade. Em Marx a teoria social entende a concepção de homem e do mundo, uma explicação geral da sociedade burguesa “seu sistema, suas leis, suas conexões internas e externas, além disso, encontra-se ligada a filosofia e a um método – o materialismo histórico dialético (JUSTINO, 2012).

Para elaborar a reprodução ideal (teoria) da sociedade burguesa, Marx descobre o procedimento que é a análise pela qual se constrói a riqueza material. Marx estudou “a produção das condições materiais da vida social, iniciando suas investigações pelo real-concreto (método)” (FAERMANN, 2016, p. 43). Sendo o pensamento importante no método e na prática, o pensamento reproduz o concreto pensado, mas esse processo é somente uma aproximação do objeto real, pois após finalizar uma investigação, o resultado a que se chega, a realidade, será sempre temporário, pois está em constante movimento, sendo assim modifica-se sempre.

Para Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo, e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. [...] o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma é o processo de gênese do próprio concreto (MARX, 2011, p. 54-55).

De acordo com Santos (2013) Marx buscava a essência, que seria a parte fundamental, que parte do conhecimento empírico, mas não se tem como o conhecimento real, ou seja, o empírico é para Marx, um nível fundamental, mas que precisa ser ultrapassado através da razão. Como bem nos traz Kosik (1989), “[...] a dialética trata da ‘coisa em si’, e não se manifesta imediatamente ao homem, para conhece lá é necessário um esforço” (KOSIK 1989 apud SANTOS, p.19).

Assim o ponto de partida da investigação é o empírico, os homens em suas relações econômicas e sociais, é a relação homem/natureza mediada pelo trabalho, “(...) Marx elucida o processo de conhecimento em dois momentos, ‘o caminho de ida’- ponte de partida- e o ‘ caminho de volta’ – ponto de chegada. O caminho de ida é o primeiro momento: o momento em que nos deparamos com a 1 representação caótica de todo’, pois ainda não se entrou em contato com as varias determinações que constituem esse todo, não se alcançou a universalidade” (SANTOS, 2013,p. 20).

O concreto se expressa na sua aparência, é ao concreto que se quer chegar, que almeja-se compreender, sendo o resultado do qual se quer encontrar. No entanto, o ponto de partida parte-se dele, é a partir da observação imediata que se destinam diversas determinações “[...] para conhecê-lo em sua singularidade, particularidade e universalidade -. tendo em vista a concepção de totalidade. É a partir das representações que se inicia o processo do pensamento (idem. p.20).

No nível da universalidade, encontramos a situação mais aproximada da realidade investigada. Já no nível da singularidade encontra-se o resultado da intervenção do homem, e no nível da particularidade, é o lugar em que se encontram as mediações entre os dois níveis anteriores. “O singular está conectado à totalidade social através de suas relações, assim, é através do particular que essas relações se evidenciam, e que o singular pode aparecer (SANTOS, 2013, p. 23.)

Mesmo que as dimensões apresentadas não sejam percebidas em nosso cotidiano, elas necessitam serem desvendadas, entendidas em nossa formação profissional. Compreender a essência das coisas, partindo do singular para o universal, voltando para o singular novamente, mediado pela categoria particularidade. Para assim conhecermos o real em sua plenitude, no

campo que ele se encontra, e não de forma isolada, mas, investigando suas relações em sua totalidade. Somente assim o singular é conhecido, quando “[...] as universalidades e particularidades histórico-sociais que intervêm sobre esse singular, o que faz com que todo singular seja universal e todo universal só apareça no singular” (ibid. p. 24).

Os equívocos existentes entre estudantes de Serviço Social e assistentes sociais de que na prática a teoria é outra, parte da não compreensão real da teoria e da prática, de suas categorias. Como Santos aborda em sua obra “*Na prática a teoria é outra?*”, que a teoria e a prática se diferenciam ao mesmo tempo em que formam uma unidade.

A dificuldade de apreensão da relação entre teoria e prática e, conseqüentemente, da relação entres as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da intervenção profissional, que rebata numa expectativa equivocada no que se refere às potencialidades dos instrumentos e técnicas: ora supervalorizando-os, ora ignorando-os. Assim sendo, trata-se de um problema que não pode ser ignorado ou massacrado e que envolve diretamente a formação profissional (SANTOS, 2010, p. 02).

O homem é um ser ativo, suas ações criam objetivações que dispõem de um “caráter prático e teórico. O homem existe porque estes transformam a natureza para prover suas necessidades. Ao passo que a natureza também transforma os homens. “Ela é teórica, pois essa transformação é teleológica, ou seja, toda ação humana implica que, ao agir, o homem possui, idealmente, o resultado que se quer alcançar – mesmo que não tenha consciência disso” (ibid.p.38).

A teoria possui um caráter aproximativo “Se a finalidade ideal está no âmbito da teoria e se a finalidade real, ou o resultado real está no âmbito da prática, o resultado apenas aproxima da teoria”, ou seja, ela não elabora objetivos para serem aplicados na prática, mas, Santos (2013) adverte, que isso não significa de modo algum que na prática a teoria seja outra. Pois, a própria teoria explica os elementos que formam esse processo. A teoria contém a investigação, a pesquisa dos estudos, experiências das condições objetivas que direcionam as necessidades e as alternativas da práxis. (p.38)

[...] na perspectiva do materialismo dialético, na prática a teoria só pode ser a mesma, uma vez que ela é o lugar onde o pensamento se põe. A teoria quer, justamente, conhecer a realidade, extrair as legalidades, as racionalidades, as conexões internas postas nos produtos da ação prática dos homens, assim, não há como na prática a teoria ser outra. Essa posição só é verdadeira se, se considerar por teoria algo pronto, acabado que se ajusta a uma prática. Aqui a teoria é constante movimento, movimento que acompanha a prática e pode contribuir com ela (p, 27-28).

Podemos afirmar que a apropriação do Serviço Social a teoria social crítica de Marx possibilitou a profissão analisar a profissão em seu processo de produção e reprodução das relações sociais, na sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e o reconhecimento do assistente social trabalhador assalariado.

Consideramos, portanto, que a teoria social crítica de Marx, seja o percurso mais produtivo, para a compreensão da sociedade capitalista, que possibilita realizarmos uma análise crítica da mesma. Que permitiu também a compreensão da “questão social” enquanto resultado das contradições modo de produção capitalista. Mediante uma análise em sua totalidade.

Assim o período retratado, especificamente da “intenção de ruptura”, consegue aos poucos romper com o tradicionalismo no Serviço Social, configurando sua estrutura teórica com base na tradição marxista, através de pensadores com Antonio Gramsci, George Lukács entre outros.

Evidentemente que a teoria social de Marx aponta os elementos transformadores da realidade, mas para tal, são necessárias mediações “[...] visto que esta não é capaz de por si só, processar alterações concretas na realidade, demandando ação consciente dos sujeitos nesse processo e meios capazes de promovê-las” (FAERMANN, 2016, p. 49).

No entanto, é necessário que debatemos mais sobre a teoria social crítica de Marx nos espaços de formação e práticas profissionais como contraponto às tendências conservadoras do capitalismo.

3.2 As Diretrizes Curriculares do Serviço Social: A Proposta Curricular de 1996

Vive-se na contemporaneidade mais uma crise do Capitalismo, mais marcadamente a partir da década de 90 do século XX e com aprofundamentos e reverberações nesta segunda década do século XXI que se expressam principalmente no recrudescimento do legado dos direitos sociais. O capitalismo busca alternativas para seus próprios limites e o debate sobre o processo de formação profissional torna-se cada vez mais uma necessidade, seja pelas transformações societárias apontadas, seja pela constante presença do conservadorismo no cotidiano do Serviço Social como expressão da mercantilização da educação.

O ingresso do Brasil na era neoliberal reflete intensamente no novo projeto profissional, especialmente nas diretrizes curriculares/1996, no campo da política privatista, que mercantiliza a educação superior através da reforma neoliberal do Estado que visa atender a uma formação profissional voltado para o mercado. Esse processo contraditório tenciona por um profissional que seja “[...] ‘moderno’, polivalente, empreendedor e colaborador [...] funcional à necessidade da nova fase do capitalismo” (LIMA, 2014 apud ABREU, 2016, p.236).

Conforme analisado no capítulo anterior, a inserção e o aprofundamento da teoria social crítica no Serviço Social, acontece em um processo de Renovação do Serviço Social brasileiro, em que são postas as bases do projeto profissional que tece crítica a si mesmo e a sociedade da qual a profissão se institui e se desenvolve. A vertente de ruptura introduziu no Serviço Social brasileiro as “[...] questões referentes à dinâmica contraditória e macroscópica da sociedade” ressaltando o papel do Estado e suas funções ideológicas (NETTO, 1996, p.303).

Portanto a década de 80 é um marco no debate sobre os fundamentos do Serviço Social brasileiro, que inspirado na teoria social crítica, direciona o projeto acadêmico-profissional do Serviço Social, que se manifesta na revogação da legislação profissional (1993), na normatização ética (1993) e nas diretrizes curriculares nacionais (1996; MEC-SESu, Cfess, 1999). Que tem como núcleo central:

a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, o reconhecimento da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com

outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação às forças vivas que movem a história: as lutas e os movimentos sociais (IAMAMOTO, 2014, p. 615).

De acordo com Koike (2009) apresenta que as relações entre as transformações societárias e a necessidade de atualizar o processo de formação profissional é algo óbvio. Nas palavras da autora:

No entanto, essa vinculação pode obscurecer mais do que revelar. Mistificadas em suas origens e desdobramentos, as vertiginosas alterações que se verificam na sociedade contemporânea dizem-se em geral, decorrentes da globalização, da crise do estado, da crise da modernidade ou dos paradigmas. Não mencionam o capital nem a relação que representa e o que é efeito aparece como determinação. (p.202)

Para a autora essas interpretações não mencionam e nem revelam as contradições e transitoriedade nas transformações sociais, ocultam as origens “[...] das classes sociais e dos processos que fundam e reproduzem o capitalismo. Naturalizam as transformações sociais e os processos dos quais emergem, encobrendo suas contradições e transitoriedade”. Portanto a importância em ter uma formação que possibilite realizar uma análise crítica da realidade (KOIKE, 2009, p. 203).

O atual currículo da formação profissional do Serviço Social brasileiro teve sua construção firmada a partir dos acontecimentos que marcam o cenário brasileiro no final da década de 1980 de pós-ditadura militar. A revisão curricular da formação profissional se mostrava como uma necessidade histórica, que está ligada a análise que o Serviço Social precisava realizar a partir da realidade social e dos desafios que emergiam em um momento de mudanças sociopolíticas, através da apreensão da profissão e das configurações da questão social, em um processo de reprodução da relação entre capital e trabalho é que são postas a necessidade dos assistentes sociais elaborarem respostas ao enfrentamento da questão social.

O currículo mínimo, o de 1982 foi o primeiro grande esforço de superar uma formação conservadora tecnicista, tradicional com a influência do Serviço Social norte-americano, que tinha como estratégia o ajustamento e a integração social, com estratégias do sistema em vigor (ABREU, 2016).

A Matriz do ensino do Serviço Social do currículo de 1982, aprovada pelo Ministério da Educação - MEC é centrada nas ementas direcionadas a História do Serviço Social, Teoria do Serviço Social e Metodologia do Serviço Social, como também do Estágio Supervisionado. Iamamoto (2014) ressalta que nesse período é que acontece a introdução da política social no âmbito da formação acadêmica em que se vincula “[...] o exercício profissional às políticas públicas, sendo as relações entre Estado e a sociedade de classes decisivas para decifrar o significado social da profissão” (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

De acordo com a pesquisa de Quiroga (1988) realizada com professores de Serviço Social, intitulada “Uma Invasão as Oculta: reduções positivistas no marxismo e suas manifestações no ensino da metodologia do serviço social” são apresentadas na disciplina de Metodologia do Serviço Social a incorporação do pensamento de Marx na formação profissional, em 1982. Numa conjuntura de embates internos que confortava o pensamento conservador e o pensamento crítico. Na aproximação com a perspectiva crítica, faltava uma apropriação das fontes marxianas e dos clássicos da tradição marxista. Na pesquisa a autora nos traz distintas opiniões sobre o que seria o marxismo.

[...] um Marx agiganta a determinação do fator econômico como elemento único, gerador de desenvolvimento da sociedade; um Marx que super valorizava o papel das classes, de sua luta, do significado do sujeito construindo sua história, desvinculado da base material que o sustenta; um Marx que é ‘metodológico’ na própria acepção positivista, ou seja, que reduz ao método; um Marx atrofiado à sua dimensão de cientista social investigador da sociedade, desligado da sua convicção da necessidade de transformação desta (p. 138).

Quiroga (1988) traz outro dado bastante interessante, que maioria dos professores entrevistados não tiveram acesso as obras de Marx, e sim as de Althusser. Ou seja, a maioria dos docentes de sua pesquisa nunca lerá Marx. Mesmo assim se utilizou de elementos do pensamento de Marx. Correspondendo a uma aversão de uma hegemonia na profissão, que não se refere a uma hegemonia marxista.

Bezerra (2013) apresenta em sua pesquisa de dissertação “Marxismo e Serviço Social: um estudo sobre a incorporação “liberdade” pela

tendência de ruptura com o tradicionalismo”, Bezerra (2013) traz que antes da grande curricular de 1982 existia uma marcante presença da filosofia católica nas escolas católicas do Serviço Social. A autora assinala que a retomada do materialismo histórico dialético como perspectiva nos cursos de Serviço Social apontando no final da década de 1970, em que á a retomada do viés teórico marxista nos cursos, assim como nos encontros realizados pelos profissionais no início da década de 1980. “A perspectiva crítica marxista nos currículos não era ‘unitária, ou seja, as discussões dos textos marxianos recebiam a influência de Althusser e Gramsci entre outros”.

A influência gramsciana viabilizou novos direcionamentos na intervenção teórico prática do assistente social, como também ajudou a esclarecer as diferenças entre prática profissional e revolução, confusão recorrente nas primeiras aproximações ideológicas ao marxismo vulgar (BEZZERA, 2013, p.131).

A influência filosófica de Gramsci, portanto, sinalizou para a vertente crítica uma perspectiva de luta por uma emancipação política, através da interlocução com a sociedade civil, que junto com a categoria profissional deveria objetivar lutas comuns, num contraponto à hegemonia burguesa.

Para Bezerra (2013) a preocupação da ABESS nessa época era interromper com o autoritarismo e dogmatismo nos currículos nos cursos de Serviço Social, ao mesmo tempo acabar com os conflitos entre o pluralismo e o ecletismo. Sendo preciso então, nesse novo cenário que emerge encontrar meios que fossem favoráveis a convivência da pluralidade de pensamentos, sem desintegrar um projeto profissional que fosse hegemônico para a categoria profissional.

A crítica ao ecletismo, avaliando criticamente o processo de formação a ABESS expõe que nos cursos de Serviço Social, existia “[...] uma forte tendência ao teorismo nos estudos das ciências sociais, sobretudo do marxismo”. Que se refere a um estudo do marxismo como algo inerte, sem consubstanciar em um “[...] encaminhamento metodológico para investigação e para intervenção da realidade” (ABESS, 1993, p. 28 apud BEZZERA, 2013).

O currículo mínimo manifestava-se, portanto, em um processo de transformação que é proveniente de uma resistência “[...] acadêmica e política tanto à ditadura militar implantada quanto ao *Social Work*, em sua difundida

trilogia, composta por Serviço Social de Caso, de grupo e comunidade”. (IAMAMOTO, 2014, p. 614).

De acordo com Abreu (2016) a implementação do currículo mínimo parte da determinação do Conselho Federal de Educação, que deveria ser realizado em dois anos de 1983/1984. Esse processo é acompanhado pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS, que adota como estratégia a realização de uma pesquisa no período de 1983/1984, que tinha como tema “A formação profissional do assistente social no Brasil: determinantes históricos e perspectivas”, com o intuito de garantir “[...] a unidade nos diversos processos de elaboração de currículos plenos pelos cursos de Serviço Social no país, na direção dos interesses coletivos das classes subalternas” (CARVALHO, 1984 apud ABREU, 2016, p.243).

Nesse processo varias questões são postas, entre elas as dificuldades de ensino das disciplinas Metodologia, Teoria e História do Serviço Social, que partem de um aprofundamento sobre o debate dos fundamentos históricos e teórico-metodológico da profissão em meio às diversidades de perspectivas teórico-metodológicas de uma direção social hegemônica marxista, que ocasiona em discussões no âmbito do pluralismo e também sobre a relação entre teoria e prática que recoloca o debate sobre o estágio (ABREU, 2016).

A autora ressalta que nesse período se colocam duas questões polêmicas que são:

A concepção da metodologia em Serviço Social sustentada no pensamento marxista, explicitada no bojo de uma pesquisa sobre o ‘Ensino da metodologia nos cursos de Serviço Social’, no Brasil, que evidenciou tendências distintas e polêmicas na construção da matéria nesse campo teórico; e o debate sobre o projeto profissional alternativas do Serviço Social na América Latina proposto e encaminhado pela diretoria de ALAETS/CELATES (período 1986/1989).

Com a introdução da teoria social crítica fundamentada por análises marxistas, juntamente com o contexto social em voga, é que os debates sobre a importância da construção de um novo currículo para o curso do Serviço Social, ganha mais espaço. Essa iniciativa parte da possibilidade de responder aos múltiplos desafios que eram postos aos assistentes sociais. Essa nova

proposta ganha centralidade com aprovação das Diretrizes Curriculares que é aprovada em 1996.

A concepção marxiana apóia-se na teoria do valor trabalho, afirmando o primado da produção dos indivíduos sociais pelas suas objetivações, das quais o trabalho é privilegiado como forma de objetivação humana, de prática. Outra dimensão a ela inerente é a crítica revolucionária isto é, a apreensão do homem com ser prático social, em que produtores da riqueza – cuja fonte está na força de trabalho em ação, e, portanto, no trabalho, têm centralidade na prática da vida social e, por isso, na sua reconstrução teórica. Destarte, incorpora o ponto de vista do trabalho na apreciação crítica da sociedade e na perspectiva da construção de um modo de vida e de trabalho voltando para a superação da alienação que caracteriza a sociedade capitalista – e, portanto, a sua ultrapassagem. (p.188).

Portanto, é na entrada dos anos de 1990, que as unidades acadêmicas, docentes e discentes da graduação, pós-graduação, através da coordenação das entidades representativas realizam uma reflexão coletiva e democrática sobre a profissão. Em um contexto de avanço do neoliberalismo, era preciso repensar as formas de lidar com essas implicações:

“Cabia redimensionar o projeto profissional, a partir de então denominado projeto ético-político, frente às alterações no mundo do trabalho, nas manifestações da questão social, nas práticas de Estado e suas relações com as classes sociais” (KOIKE, 2009, p.210).

A revisão curricular que acontece por um processo democrático pelas entidades representativas do Serviço Social na década de 90 objetivou-se em buscar novos caminhos no enfrentamento das expressões da questão social na referida conjuntura.

Após uma revisão do currículo e da sua implementação emerge um novo desafio, que era pensar sobre o ensino da prática, reconhecendo sua importância na intervenção profissional.

Formar profissionais qualificados, com relevante gabarito político, ético, metodológico e interventivo, significa apontar-lhes caminhos e ensinar-lhes a aprender, pela convivência permanente com a teoria, a história, a pesquisa e o cotidiano das práticas presentes nos diversos

campos de estágio formal ou nos programas de extensão (IAMAMOTO, 2012, p. 252).

Em sua pesquisa Bezerra (2013) expõe que as universidades precisavam criar um espaço que fosse também um espaço político acadêmico em que diversos segmentos da profissão “[...]” pudessem homogeneizar as suas dimensões teórico-práticas. “O espaço universitário teria de ser um espaço de correlação de forças e de conquista política” (ibid.p136).

Trata-se de um processo que é desenvolvido em um contexto contraditório, que vai de contra a política de educação superior no país com o avanço do neoliberalismo.

De acordo com Netto (1999) é no processo de rejeição, de crítica ao conservadorismo que encontrasse a origem de um projeto profissional novo, o projeto ético-político. O autor chama a atenção sobre a discussão do projeto coletivo, os projetos societários, do qual diz que “[...] trata-se daqueles projetos que apresentam uma imagem de sociedade a ser construída, que reclamam determinados valores para justificá-la que privilegiam certos meios (materiais e culturais) para concretizá-la” (NETTO, 1999. p.3).

Em sociedades como a nossa os projetos societários são projeto de classe, numa ordem do capital, tais projetos assim como projetos coletivos são constituídos de uma dimensão política, que contém relações de poder, porém essa dimensão política não deve ser confundida com posição partidária, mesmo reconhecendo que estes são importantes na dinâmica da vida no capitalismo contemporâneo (idem.1999).

Para o autor, os projetos profissionais são suscetíveis a mudanças, de acordo com as transformações no sistema em que os profissionais atuam, essas transformações sejam elas de cunho econômico, histórico ou cultural, teórico e prático da profissão passam por inovações, se renovam, se modificam.

O Projeto Ético- Político do Serviço Social é construindo a partir do amadurecimento teórico e político da categoria profissional. Este projeto tem “o reconhecimento da liberdade como valor central” além do “[...] compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”, portanto [...] este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social sem exploração/dominação de

classe. etnia e gênero”, pois é comprometido com a “defesa intransigente dos direitos humanos” (NETTTO, 1999, p. 155).

De acordo com Iamamoto (2011) a postura teórico-prática da vertente crítica foi o elemento primordial para repensar de um novo projeto de formação profissional, que era preciso “[...] preparar cientificamente quadros profissionais capazes de responder às exigências de um projeto profissional coletivamente construído e historicamente situado”. A inquietação era com novas mediações profissionais, tendo em vista “[...] conquistar novas e potenciais alternativas de atuação” no âmbito da redemocratização do país. A autora enfatiza “a um projeto profissional com a direção social definida, capaz de articular-se teórica e praticamente aos projetos sociais das classes sociais subalternas em sua relação com as forças atualmente dominantes” (IAMAMOTO, 2008, p. 163).

Nessa perspectiva a categoria profissional buscava contribuir com uma formação profissional que de acordo com Iamamoto (2008), “não podia ser confundida com a preparação para o emprego”. O projeto de formação deve alcançar a esfera do ensino, da pesquisa “[...] na luta pela democratização das universidades” (p.165).

O projeto profissional do Serviço Social é composto por um conjunto e membros que dão efetividade a profissão, a categoria de profissionais incluem os profissionais, as instituições de ensino, discentes e docentes da área, organismos corporativos, sindicais entre outros que compreendem o sistema CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, CRESS – Conselho Regional de Serviço Social, a ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino Pesquisa em Serviço Social, a ENESSO – Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (IAMAMOTO, 2014).

Essas instituições juntamente com o movimento estudantil do Serviço Social constituem-se como as principais mediações e como sujeitos das transformações que aconteceram nessa fase. As diretrizes curriculares/1996 se tornam um dos dispositivos do no projeto ético-político profissional, que reivindica pela constante luta na “[...] sustentação de seus fundamentos e reafirmação da direção social na perspectiva emancipatória da classe trabalhadora, no âmbito do avanço o conservadorismo na sociedade e na profissão (ABREU, 2016, p. 240).

A partir da compreensão da necessidade em realizar uma revisão curricular a partir de uma grande avaliação do processo de formação profissional frente às exigências da contemporaneidade a:

ABESS promoveu e coordenou com o CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL- CEDEPSS, órgão acadêmico que articula a Pós-Graduação em Serviço Social, um intenso trabalho de mobilização das Unidades de Ensino de Serviço Social no país. Este processo de mobilização contou com o apoio decisivo da Entidade Nacional representativa dos profissionais de Serviço Social, através do CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, bem como, dos estudantes, através da ENESSO - Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 3).

Nos anos de 1994 a 1996 foram realizadas em média 200 oficinas locais em 67 Unidades Acadêmicas filiada a ABESS e 25 oficinas regionais e 2 nacionais. Tais oficinas possibilitaram o repensar sobre a profissão, sobretudo em relação aos novos profissionais.

Na primeira etapa do processo de formulação do “Projeto de Formação Profissional acontece uma avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade”. De acordo com o resultado obtido foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da antiga ABESS, hoje Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS em Recife, no ano de 1995, a proposta básica para o projeto de formação profissional, conteúdo pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo currículo. Este documento apresenta um elemento central nas diretrizes para o novo Projeto Político Pedagógico da Formação Profissional (ABESS, 1996, p. 3).

(...) à direção marxista que, ao se abrir à interlocução teórica e política com as demais teorias sociais e disciplinas do conhecimento, busca imprimir uma perspectiva de atualização analítica para a apreensão dos fenômenos que circunscrevem a totalidade da vida social. (ABESS n7, 1997, p.42).

Direcionando a busca pelo pluralismo, entre varias teorias que está também demarcada no mesmo documento: a direção social adotada na construção do Projeto Político Pedagógico foi o marxismo, por entender

também que essa teoria social permitiria uma convivência aberta e crítica com as demais concepções:

(...) recupera um compromisso com a trajetória de construção da direção social marxista no interior do Serviço Social. Esta perspectiva, que é hegemônica em nossa profissão, não pretende ser representativa de todas as tendências, mas se expressa com força vital e legítima nos diversos fóruns de deliberação do Serviço Social, nas entidades da categoria e na luta em torno da defesa e aprovação do código de ética, da lei de regulamentação da profissão e da LOAS (ABESS 1997, p.43).

A continuidade desse processo coletivo de revisão curricular realiza-se a elaboração do segundo documento a “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos subsídios para o Debate”, na etapa final as proposições das unidades de ensino são sistematizadas que resultam em 6 documentos regionais a diretoria da ABESS, a representação do ENESSO e do CFESS, Grupo de Consultores de Serviço Social e a Consultora Pedagógica elaboram a Proposta Nacional do Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social. Nesse mesmo ano tal proposta é apreciada e aprovada na II Oficina Nacional de Formação Profissional em Assembléia Geral da ABESS, realizadas na cidade do Rio de Janeiro em 1996 (ABEPSS, 1996, p.4).

Nessa perspectiva, são elaborados coletivamente vários documentos direcionados por discussões que são delineadas no projeto ético-político do Serviço Social que fazem parte do Código de Ética de 1993, da Lei de Regulamentação da Profissão (LEI nº 8.662/93) e nas Diretrizes Curriculares do Ensino de Serviço Social de 1996. “Esse processo de construção sócio-histórica sinaliza o compromisso com um novo perfil da profissão atento às atuais demandas e transformações societárias” (PEREIRA, et al, 2014, p.7).

As Diretrizes Curriculares propostas pela ABESS em 1996 apresentam um movimento de resistência, de luta por uma formação ético-política com base da teoria social crítica e na tradição marxista comprometida com as lutas emancipatórias da sociedade.

Nesse mesmo ano é promulgada Lei de Diretrizes Básica – LDB (LDB n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que torna oportuno o processo de normatização e definição das Diretrizes Curriculares Gerais para o curso de

Serviço Social. As instituições representativas do Serviço Social - ABEPSS, CFESS, ENESSO que haviam aprovado a proposta curricular de 1996 discutem a elaboração de uma proposta para adequar o currículo do curso de Serviço Social que atendesse as exigências postas pela LDB.

Para Abreu (2016) com a lógica da flexibilização econômica na base da reforma da educação o currículo mínimo é “enquadrado” no formato de diretrizes, nessa adequação a ABESS tem a preocupação em manter a essência da proposta curricular quanto “[...] à direção social, aos princípios fundamentais, à lógica curricular e aos conteúdos organizados em três grandes núcleos (ABREU, 2016. p. 252).

Nas Diretrizes Curriculares de 1996 encontramos os pressupostos da formação profissional que se referem ao significado histórico da profissão enquanto uma especialização do trabalho coletivo, que é inserido na divisão social e técnica do trabalho. Essa compreensão ressalta essencialmente a historicidade do Serviço Social, que é compreendido nas relações sociais das classes sociais entre as classes sociais e dessas com o Estado. O que demanda a compreensão da profissão em processo em que “[...] ela se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve”. Portanto a necessidade em contextualizar o significado da profissão nos anos 90 “[...] salientando as mediações históricas que incidem sobre o perfil profissão hoje: as demandas e as respostas às quais é instigada a construir” (ABESS, 1996, p. 5).

A historicidade do Serviço Social é compreendida, portanto, no campo das relações sociais em que se inscreve. Portanto a necessidade em contextualizar o significado social da profissão em um contexto de profundas transformações no âmbito da produção e reprodução da vida social “[...] determinados pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado e pelas novas formas de enfrentamento da questão social” que modifica as relações entre o público e o privado, modificando assim as demandas profissionais (ABEPSS, 1996, p.5).

Iamamoto (2014) apresenta que essas contradições básicas têm por um lado “[...] a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio”. E do outro

lado tem-se o crescimento do capital relaciona-se com o crescente empobrecimento do trabalhador. “Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na gênese da ‘questão social’ nessa sociedade”. Sendo a força dessas contradições que inscritas nos processos sociais, fundam os suportes para a renovação do estatuto da profissão associada propositadamente aos dos seus agentes (IAMAMOTO, 2014, p.616).

O significado sócio-histórico e ideopolítico do Serviço Social inscreve-se no conjunto das práticas sociais acionado pelas classes e mediadas pelo Estado em face das “sequelas” da questão social. A particularidade do Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho coletivo encontra-se “organicamente vinculada às configurações estruturais e conjunturais da ‘questão social’ e às formas históricas de seu enfrentamento, que são permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 154 apud IAMAMOTO, 2014, p. 617).

Nas Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social Abess e o Cedepss, reconhecem o Serviço Social com uma espacialização do trabalho da sociedade “[...] inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais (IAMAMOTO, 2014.p.614).

Nos pressupostos norteadores da formação profissional consta-se:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista;
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho;
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho;
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p.5).

De acordo com Iamamoto (2008) esses pressupostos se referem a apropriação teórico-metodológica de grandes matrizes do pensamento social, que possibilitasse a descoberta de novos rumos para o exercício profissional, a participação política em movimentos organizados da sociedade, nas instâncias de representação da categoria e o aperfeiçoamento técnico operativo para uma inserção qualificada do Assistente Social em seu trabalho.

Desses pressupostos elencados, o teórico-metodológico, o ético-político e o técnico-operativo, são essenciais e complementares entre si. No entanto isolados, se tornam limites, que são citados como dificuldades pela categoria profissional necessitando, portanto serem ultrapassadas o teorismo, militância e o tecnicismo (IAMAMOTO, 2008).

Nas Diretrizes Curriculares da Abepss fica explícito nos princípios que fundamentam a profissão o posicionamento teórico e político, inscrevendo a formação profissional do assistente social claramente como fundamentada na teoria crítica marxista e no seu universo categorial: totalidade, práxis, mediação, universalidade, particularidade, singularidade. Como podemos conferir nos princípios das Diretrizes Curriculares:

Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; estabelecimento das dimensões investigativas e interventivas como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação entre teoria e realidade (ABEPSS, 1997, p. 6).

Outros princípios que destacamos que fundamentam a formação profissional são:

rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade (ABEPSS, 1997, p.6).

Estes princípios determinam diretrizes curriculares da formação profissional e a demanda pela “capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” para que se tenha:

Apreensão crítica do processo histórico como totalidade, investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país, apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, apreensão das demandas – consolidadas e emergentes – postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerado novas articulações entre público e privado, e exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABESS 1997, p.7).

A nova lógica curricular preza por uma formação profissional que tenha uma concepção de ensino e aprendizagem baseada pela dinâmica da vida social. Que partem da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças ocorridas na sociedade fazem com que aja “[...] um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas”. Essa compreensão implica no processo de trabalho do assistente social que deve ser apropriado através de um debate teórico-metodológico que possibilite espaço para o pensamento crítico na formação profissional, e na sua inserção como um profissional (ABEPSS, 1996, p. 8).

A proposta de currículo é estruturada a partir de três grandes núcleos temáticos, que são articulados por um conjunto de conhecimentos e habilidade que são necessários para a qualificação profissional dos assistentes sociais. Que são “[...] o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, o núcleo de fundamentos de particularidade da formação sócio histórica da sociedade brasileira e o núcleo de fundamentos do trabalho profissional”. Esses núcleos são desdobrados em matérias, disciplinas nos currículos do Serviço Social das unidades de ensino (IAMAMOTO, 2008.p. 71).

De acordo com Abreu (2016) esses três núcleos de fundamentação, são as condições para que se tenha uma formação profissional que assegure uma “[...] competência teórica, técnica e ética no exercício profissional no

âmbito da prestação direta de serviços sociais e da ação educativa, formativa e organizativa junto aos sujeitos atendidos” (p. 252).

Cada um desses três núcleos indica as áreas de conhecimento necessárias à atuação profissional, o núcleo dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social objetiva-se uma compreensão do ser social, historicamente situado no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade burguesa “[...] o trabalho é assumido como eixo central do processo de reprodução da vida social”. A configuração da sociedade burguesa em sua peculiaridade no que refere a divisão social do trabalho, à propriedade privada, à divisão de classes, das relações de exploração entre outros. Que requer o reconhecimento das dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas nos processos sociais, identificando o movimento contraditório da sociedade capitalista e os elementos para a sua superação (ABEPSS, 1996, p. 10).

No segundo núcleo – fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, para que compreendermos a sociedade brasileira, preservando as características históricas e particulares que abarcam a relação entre Estado/sociedade, projetos políticos, políticas sociais, classes sociais, movimentos organizados da sociedade civil entre outros.

E o terceiro núcleo os fundamentos do trabalho profissional é a compreensão dos elementos que constituem o Serviço Social como uma especialização do trabalho, a trajetória histórica, metodológica, técnica, os elementos éticos que se referem ao exercício profissional, desde a pesquisa ao planejamento, administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.

A partir dos pressupostos até aqui já elencados, consideramos as diretrizes curriculares de 1996 como um avanço no processo de construção do projeto pedagógico da formação profissional em Serviço Social, por firmar a importância dos princípios formativos como as dimensões interventivas e investigativas, a relação teoria com a realidade através de um conjunto de conhecimentos que são inseparáveis. Entre alguns princípios preconizados pela nova proposta de formação profissional se encontra a inseparabilidade entre: ensino, pesquisa e extensão, privilegiando a não dicotomia entre teoria e prática.

Iamamoto (2008) nos traz que uma das características sobre a lógica curricular é que as matérias básicas previstas como conhecimento

necessário para a formação profissional podem ser tratadas em disciplinas, oficinas, pesquisa, extensão, seminários temáticos entre outros. Todos esses componentes curriculares são reconhecidos como recursos formativos do assistente social. São, portanto, vários mecanismos que vão além de uma perspectiva tradicional do currículo focado apenas em disciplinas.

No âmbito da formação profissional do assistente social, percebemos uma preocupação com a qualidade da formação profissional em Serviço Social que considera também o estágio como um importante componente curricular, conforme indicam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Essa atenção tendo em vista as contradições e os desafios ao ensino superior com uma expansão privatista dos cursos de graduação e pela proliferação dos cursos de graduação a distância, que por instituições públicas.

Iamamoto (2008) cita essa preocupação e ressalta o estágio um dos espaços privilegiados que oportuniza o contato dos estudantes com o mercado e trabalho, com as experiências dos trabalhos desenvolvidos pelos assistentes sociais e com outros profissionais que atuam com os assistentes sociais.

Diante de todo esse avanço com o currículo mínimo apresentou e que foi aprovado em assembléia geral extraordinária da entidade, tal entidade com a direção da professora Maria Koike é que se tem espaço no MEC-Sesu para a criação da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social – CNE, que é responsável por apreciar e encaminhar as Diretrizes curriculares para o referido conselho demonstrando ser uma “[...] articulação política importante para a preservação da proposta original da ABESS (IAMAMOTO, 2014, p. 618).

A referida proposta do currículo mínimo acaba sofrendo rebatimentos da contrarreforma do ensino superior, sendo substituído por diretrizes curriculares mais flexíveis, que passa a requisitar a definição do perfil de bacharel de Serviço Social, da mudança de ementas das disciplinas por tópicos de estudos sem caráter de obrigatoriedade, além da definição de competências e habilidades técnico operativas

Diante de tais exigências, a Comissão de Especialistas convoca um grupo de assessores que havia participado do processo de elaboração das diretrizes para a revisão final do texto. Recusando a adequação da formação às competências definidas pelo mercado,

recorre-se às competências e atribuições previstas na Lei da Regulamentação da Profissão e em preceitos do Código de Ética do Assistente Social, documentos legitimados e constitutivos da materialização jurídica do projeto profissional. Tais alterações são submetidas à apreciação de representantes das entidades nacionais — CFESS, Abess e Enesso — e, posteriormente, apresentadas e aprovadas na assembleia ordinária da Abepss (IAMAMOTO, 2014, p, 616).

No entanto no texto legal das diretrizes curriculares que é homologada no ano de 2001 pelo MEC-Sesu, passa por grandes alterações. trazendo uma descaracterização diante da proposta curricular da Abepss no que diz respeito a da direção social da profissão, sobre os conhecimentos e habilidades considerados fundamentais à atuação do assistente social. É suprimido à “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; indissociabilidade das dimensões e ensino pesquisa e extensão”. No perfil de bacharel constava profissional comprometido com os valores norteadores do Código de Ética do Assistente Social é modificado por utilização de recursos da informática (IAMAMOTO, 2014, p. 618).

Na pesquisa de Moraes (2014) intitulada de “Formação Profissional nos Cursos de Graduação em Serviço Social: Pensamento e Ação Pedagógicos dos Docentes”, realizada em uma Universidade pública e privados, Moraes (2014) traz que a promulgação das Diretrizes Curriculares Nacionais por parte do MEC em 2001, foi recebida com restrições pelos cursos de Serviço Social, tendo em vista a simplificação que operou nas discussões realizadas pela profissão ao longo de quase uma década e que tinha como produto a proposição de Diretrizes Curriculares que defendessem claramente a teoria crítica como fundamento da formação e exercício profissional.

Para as entidades representativas da categoria, esse documento modificou qualitativamente a direção social e ético-política do perfil profissional do assistente social e esvaziou de sentido a formação pretendida. A retirada desse direcionamento é criticada pelo Serviço Social, pelo entendimento de que o pluralismo teórico precisa ser garantido, mas que a formação profissional deve estar fundamentada pela teoria crítica de Marx e na tradição marxista, pois essa teoria dar condições para a compreensão da sociedade capitalista de forma crítica “[...] que considera as expressões da questão social como objeto

de intervenção do Serviço Social e o trabalho como categoria-chave para compreender as relações econômicas e sociais” (FERREIRA, 2004, p. 26).

A autora ainda ressalta que a não inserção da questão social associada à perspectiva histórica do capitalismo com suas formas de manifestação de diferentes momentos e contextos, traz prejuízos na formação profissional de Serviço Social.

Neste quadro de possíveis distanciamentos da direção proposta nas diretrizes curriculares de 1996, que foi desfigurada na versão aprovada pelo CNE em 2001, na eliminação dos conteúdos e princípios, torna-se empobrecida “a direção social na perspectiva da emancipação fundada no pensamento crítico marxista”. De acordo com Abreu (2016) nesse contexto tem-se ainda o agravante de “[...] apenas 25% dos cursos presenciais serem hoje filiados a Abepss ou seja, uma pequena parcela de cursos existentes estaria comprometidas com a construção coletiva da formação coordenada por esta entidade (ABREU, 2016, p. 254).

Na Resolução CNE/CES 15/2002, sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social em seu artigo 2º, expõe que:

O projeto pedagógico de formação profissional a ser oferecida pelo curso de Serviço Social deverá explicitar:

- a) o perfil dos formandos;
- b) as competências e habilidades gerais e específicas a serem desenvolvidas;
- c) a organização do curso;
- d) os conteúdos curriculares;
- e) o formato do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão do Curso;
- f) as atividades complementares previstas

Essa indicação criar brechas para a criação de projetos pedagógicos flexíveis, simplificados. Sua construção, portanto, fica a cargo dos profissionais e da perspectiva educacional das instituições formadoras. Como traz Ferreira (2004):

os projetos pedagógicos dos cursos novos apresentam disciplinas que não se estruturam em torno dos eixos propostas nas diretrizes da ABEPSS e as disciplinas, na maioria das vezes, não se articulam e apresentam diversos problemas de superposição de conteúdos (p.23).

O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino condizentes com os ditames do mercado. O conteúdo da formação passa a ser condicionado a livre iniciativa privada.

Abreu (2016) traz que com o predomínio de uma formação instrumental voltada para satisfazer interesses práticos e imediatos, acaba perpetuando as desigualdades sociais “[...] em detrimento da formação humanista crítica e ético-política, como acentuou Gramsci, nos anos de 1930, em sua análise sobre a crise da escola oligárquica italiana (ABREU, 2016, p. 253).

[...] verifica-se um processo de progressiva degenerescência: as escolas do tipo profissional, isto é, preocupadas em satisfazer interesses práticos imediatos, predominam sobre a escola formativa, imediatamente desinteressada. O aspecto mais paradoxal reside em que este novo tipo de escola aparece louvável como democrático, quando na realidade, não só é destinado a perpetuar as diferenças sociais, como ainda a cristalizá-la [...] (GRAMSCI, 2000 apud ABREU 2016)

É de extrema importância que os profissionais e as instituições formadoras tenham claro o que são e quais são as competências e habilidades profissionais do Serviço Social, pois só assim se garantirá uma formação qualificada, além do que: “estão em jogo tanto a defesa de formação especializada de nível universitário, quanto ao direito do usuário dispor de serviços realizados por profissionais dotados de competência técnico-científica e ético-política no atendimento as suas necessidades e direitos sociais”. (IAMAMOTO, 2004, p. 70).

Identifica-se que formação profissional do assistente social no Brasil redimensionou-se e renovou-se de forma significativa. Tal renovação só pode ser efetiva, devido ao protagonismo dos assistentes sociais, docentes, intelectuais da área, discentes, militantes, dos participantes dos órgãos de representação da categoria, ente outros sujeitos, que acreditavam na importância das mudanças de concepções e práticas, que transformaram assim, a sua formação e intervenção. As diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social são resultado de um grande e diversificado debate acadêmico. Todos esses acontecimentos possibilitaram dar condições para a então proposta do currículo mínimo em 1996 mesmo diante de grandes entraves..

Guerra (2013) alerta que embora tenhamos um avanço teórico, político no Serviço Social brasileiro pós movimento de reconceituação, em sintonia com o pensamento crítico, não podemos ignorar a expansão das produções pós-moderna presente no cenário contemporâneo, que contempla os interesses do capital.

Tem ganhado força na sociedade capitalista e neoliberal, no contexto em que vivemos, o avanço do neoconservadorismo e das formas de explicar a realidade que justificam o capitalismo e suas crises, como é o caso do pós-modernismo. Essas referências também tem impacto no Serviço Social, demarcando outra tendência: a retomada da individualização na atuação profissional, da correção de distúrbios, dos processos terapêuticos, e uma forte marca na ênfase na dimensão técnico-operativa do trabalho profissional, dissociada das outras dimensões. (GUERRA, 2013.p 238)

Essa produção pós-moderna nega a sociedade de classes, recuperando elementos neoconservadores que contribuem para posicionamentos profissionais que se afastam das premissas previstas no projeto ético-político profissional, a saber, liberdade, autonomia, justiça, emancipação dos indivíduos.

Portanto é de suma importância que os profissionais e as instituições formadoras tenham a compreensão do que são e quais são as competências e habilidades profissionais do Serviço Social, para assim se garantir uma formação qualificada, sendo que: “estão em jogo tanto a defesa de formação especializada de nível universitário, quanto ao direito do usuário dispor de serviços realizados por profissionais dotados de competência técnico-científica e ético-política no atendimento as suas necessidades e direitos sociais”. (IAMAMOTO, 2004, p. 70)

Nesse sentido, defender, fortalecer as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é defender o projeto ético político profissional. A defesa do projeto pedagógico crítico que é sintetizado nas Diretrizes Curriculares de 1996, do pensamento crítico marxista, aliada ao fortalecimento da organização política dos assistentes sociais diante das contradições do capitalismo, são maneiras de dá força a esse projeto ético-político profissional, em um contexto de avanço do conservadorismo na sociedade e da profissão.

E a ABEPSS se propõe ao desafio de acompanhar e monitorar a implementação das Diretrizes Curriculares junto aos cursos de Serviço Social e das escolas filiadas a entidade (ABEPSS, 2004).

Nesse momento interessamos em saber como o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia se constrói, do qual discutiremos no próximo capítulo.

4. A PRESENÇA DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA DE MARX E DA TRADIÇÃO MARXISTA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFRB.

4.1 A Construção do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRB

Para falarmos do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB é necessário apresentarmos os elementos da história da UFRB e do surgimento do curso de Serviço Social nesta universidade.

O Recôncavo da Bahia é considerado como uma região rica pela sua história, cultura e tradições, herdeira de um sistema escravocrata. Que teve seu auge como centro produtor de açúcar e fumo entre outros, que sustentaram o sistema escravista colonial brasileiro em meados do século XVI a inícios do século XVIII. Em finais do século XX e inícios do XXI, o Recôncavo “[...] mantém-se imerso em um grande marasmo, sem condições para superar os diversos aspectos da pobreza e a falta de dinamismo que mobiliza parte majoritária, ou, ao menos, significativa, da região”. Uma sociedade marcada pela desigualdade social e pela discriminação social e étnico-racial (PEREIRA, et. al, 2012, p.1).

O surgimento da UFRB no Recôncavo da Bahia nasce com o compromisso de resgatar o grandioso acervo das tradições culturais e dos bens patrimoniais de região, que é densamente povoada.

Destarte, tem como desafio o cultivo dos aspectos culturais e valores tradicionais da região e, ao mesmo tempo, responder, em alguma medida, a demandas do Recôncavo Sul, no sentido de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, cultural, ambiental, educacional, tecnológico e científico da região. Encontrar os caminhos e percorrê-los com responsabilidade social e ética é fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento da referida instituição de ensino superior (MIRANDA e SOUZA, 2014, p. 14).

A criação do curso de Serviço Social da UFRB atende a uma necessidade histórica e social da região do Recôncavo da Bahia, um curso que apresenta significativa relevância teórica e social (UFRB, 2007).

Sendo o primeiro curso de Serviço Social numa instituição de ensino superior pública na Bahia, único na região do nordeste, até então não se tinha essa graduação numa Universidade pública. O referido curso tem a carga horária de 3.002 horas, distribuídas nos componentes curriculares. A forma de ingresso se dá através da prova do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM). Com duas entradas anuais e funcionamento nos turnos vespertino e noturno, visando assim atender a demanda de trabalhadores.

Pereira et. al (2012) ressaltam que a criação do curso de Serviço Social da UFRB, representa um marco na história do Serviço Social na Bahia, que desde os anos 70, essa conquista é pleiteada pelos assistentes sociais baianos, que foi por diversos momentos “[..] bandeira de luta e pauta de reivindicação dessa categoria profissional” (PEREIRA et al, 2012, p. 2). Concretização que acontece depois de mais de três décadas.

A UFRB é criada através da Lei 11.151 de 29 de julho de 2005 por desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia, com sede e foro na cidade de Cruz das Almas e unidades instaladas nos Municípios de Santo Antonio de Jesus, Amargosa e Cachoeira, é uma autarquia com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-pedagógica (UFRB, 2007, p.3).

Através da instituição da Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

A UFRB é uma universidade que tem o modelo *multicampi*, em diferentes cidades do Recôncavo, estruturada em diferentes espaços, abrangendo várias áreas de conhecimentos. Dentre os municípios que compõem a referida região, é na cidade de Cachoeira-BA, que se tem a criação do curso de graduação de Serviço Social, no Centro de Artes e Humanidades (CAHL-UFRB), na então proposta pela comissão de expansão de centro, é aprovada pelo Conselho Diretor do Centro no ano de 2007. E no ano de 2008 iniciasse as atividades de ensino, pesquisa e extensão (MIRANDA e SOUZA, 2014).

Na justificativa da proposta do projeto pedagógico do curso de Serviço Social, o processo de trabalho do Serviço Social é apresentado, como determinado pelas configurações “[...] estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas específicas que assumiu a exclusão social na Bahia e no Recôncavo”. A formação profissional, que é reconhecida por sua capacidade de “[...] elaboração crítica e intervenção na questão social, deverá trazer benefícios consideráveis para a população desta região, marginalizada pelo processo de reestruturação produtiva [...]” (UFRB, 2007, p. 5).

Miranda e Souza (2012) trazem que ao ser apresentada a proposta de implementação do curso de Serviço Social, a UFRB considerou as orientações existentes das instancias representativa da categoria de profissionais do Serviço Social relacionada ao projeto de formação acadêmico-profissional. Na então elaboração da proposta foram consideradas “[...] as escutas de representantes formais dos assistentes sociais e a consulta de documentos oficiais produzidos pelas entidades representativas”. E das experiências bem sucedidas nas unidades de ensino de Serviço Social no Brasil, em especial as das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) (p.16).

Apoiada nas idéias de descentralização, flexibilidade e pluralidade do ensino, o projeto pedagógico do curso de Serviço Social da UFRB baseia-se nos princípios promulgados na Lei de Diretrizes e Base da Educação (20/11/1996).

Consta-se na referida proposta a adoção de princípios, orientações e proposições expressas não unicamente pela conformidade das prescrições legais e da categoria, mas também pelo entendimento da necessidade que o curso de Serviço Social da UFRB propicie uma atuação comprometida desta Universidade “[...] na construção do perfil do assistente social no mundo contemporâneo” (UFRB, 2007, p.6). Que afirma sendo função da UFRB, na elaboração do projeto de implantação do curso de Serviço Social, está atenta as implicações das exigências da globalização no que se refere a formação de competências profissionais dos egressos dos cursos de graduação.

A UFRB se insere nesse debate na, medida, que, reconhece e valoriza “[...] a dimensão política e social na Universidade pretendendo que a

ação leve a transformação, a participação, a uma práxis, a autonomia, a uma pedagogia interdisciplinar” (UFRB 2007, p.5).

Os pressupostos da estrutura curricular proposta pelo curso de Serviço Social da UFRB, apresentam o entendimento de que “[...] enquanto prática interventiva, o Serviço Social se particulariza nas relações de produção e reprodução da vida, expressas no âmbito da questão social” (UFRB, 2007).

No PPC do curso de Serviço Social da UFRB, o pluralismo é apresentado textualmente como um espaço para diversas tendências teóricas. Do mesmo modo, é citado o rigor teórico-metodológico como um eixo que sustenta os princípios fundantes do processo formativo “realizando o objetivo acadêmico de promover a liberdade de idéias e práticas assegurando o compromisso ético, considerando como dimensão imprescindível para a formação do profissional” (UFRB, 2007, p.7). A materialização de tal projeto é descrita numa configuração curricular capaz de abarcar a realização de seminários temáticos e oficinas diversificadas como atividades complementares.

O pluralismo como entendimento de que existem várias formas de pensar sobre as matérias que o Serviço Social se debruça na sua formação e no exercício profissional. “No entanto, como fundamento da proposta de formação profissional pensada em âmbito nacional foi á defesa de um pluralismo, mas com uma direção social marxista”. (MORAES, 2014, p. 56) Como apontado o PPC menciona o pluralismo, mas não diz se a profissão é guiada por alguma teoria social em específico.

O ensino, a pesquisa e a extensão são apresentadas como dimensões indissociáveis e o estágio supervisionado como imprescindível e obrigatório ao processo de formação. Tais atividades devem estar comprometidas com a “produção de conhecimento científico crítico e inovador, a serviço da comunidade e sempre dirigido para melhoria da qualidade de vida e do desenvolvimento regional” (UFRB, 2007).

Percebemos, portanto, que no referido projeto, tem-se a responsabilidade em fornecer uma formação profissional que considera a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, e o estágio como um importante componente curricular, que remete à consonância com as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social da ABEPSS. Por outro lado, a

expressão “melhoria de qualidade de vida” dissociada de uma direção do campo da teoria social crítica, que, conforme identificamos, não é mencionada textualmente, pode fragilizar a direção política do PPC uma vez que tal expressão é carregada de polissemia.

No que se refere a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, pode-se compreender que se está diante de uma responsabilidade firmada num contexto de contradições e desafios ao ensino superior. Uma vez que

Percebe-se isso quando constatado que somente 8% do ensino superior no Brasil está constituído por universidades (188 instituições), contra um grande contingente de faculdades (1.996 instituições). Esse dado é bastante relevante, tendo em vista que uma universidade se caracteriza pela obrigatoriedade, por lei (art. 207, caput, da Constituição Federal de 1988) — mesmo que não cumprida — de garantir o tripé ensino, pesquisa e extensão (ABEPSS; CFESS, 2011, grifo nosso).

O PPC em estudo se coloca, assim frontalmente em oposição a expansão privatista, mercantilizada da oferta de cursos de graduação, sendo este um importante marco para o Serviço Social em geral e na Bahia em particular, que se torna possível na UFRB dada a sua construção como Universidade pública e comprometida com o enfrentamento das desigualdades sociais.

Na base legal do projeto de implantação do Curso de Serviço Social apresentado pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, são consideradas as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social, expressas a partir da resolução CNE/CES 15/02, de 13 de março do ano de 2002, assim como de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96). Na formulação da proposta também foram considerados as prescrições da Lei de Regulamentação da Profissão – (Lei 8662/93, o Código de Ética Profissional CFESS/1993 e o parecer 462/82 do CFE/MEC, e demais regramentos próprios e institucionais.

O objetivo formativo do curso de Serviço Social da UFRB é definido em:

Formar profissionais críticos e competentes, capazes de compreender e intervir nas diferentes dimensões que compõem o cenário de sua atuação, realizando uma prática fundada em princípios éticos e humanísticos comprometidos com a transformação social da realidade local e nacional. Esses profissionais atuarão principalmente nas áreas de educação, saúde, trabalho, justiça, previdência e assistência (crianças, adolescentes, idosos, famílias, etc.) e objetivam, ainda, a inserção ativa dos usuários de Serviço Social no conjunto das relações sociais no mercado de trabalho (UFRB, 2008).

E nos objetivos específicos:

- 1- Estimular a atitude investigativa e formação científica adequadas e comprometidas com as demandas contemporâneas da sociedade brasileira
- 2.- Constituir-se como pólo qualificado de formulação de políticas sociais, numa perspectiva plural e crítica, qualificando profissionais e destacando-se enquanto referência na organização da sociedade civil para a consolidação da democracia plena, na defesa dos direitos sociais e na conquista da cidadania.
3. Patrocinar um ambiente formativo voltado para o respeito para com a cultura dos públicos de referência dessa profissão e para a produção de saberes compartilhados que assegurem práticas sociais arrojadas, focadas no desenvolvimento regional.
4. Facilitar o acesso dos estudantes à cultura e às humanidades como parte integrante e necessária da formação acadêmica.
5. Possibilitar o exercício da intervenção profissional como parte do processo de formação acadêmica perseguindo uma formação tecnicamente qualificada (UFRB, 2007).

Dentre tais objetivos do curso de Serviço Social da UFRB, identificam-se a menção “a transformação social da realidade”, ao “incentivo a investigação” a uma “formação científica adequada e comprometida com as demandas contemporânea da sociedade brasileira”, na “formulação de políticas públicas através de uma perspectiva plural e crítica em consonância com uma a defesa dos direitos sociais e pela cidadania”. Portanto objetivos que remetem ao projeto ético-político do Serviço Social, a uma direção social marxista, mas que essa direção não é assumida de maneira textual da vinculação com a teoria social crítica marxista. Conforme Iamamoto (2009):

[...] O Serviço Social brasileiro construiu um projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas e nas particularidades da formação histórica do país. Ele adquire materialidade no conjunto das regulamentações profissionais: o Código de ética do Assistente Social

(1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares norteadoras da formação acadêmica [...] (p.5).

Essa perspectiva plural e crítica presente nos objetivos do PPC expressam a competência crítica, que é uma forma de combater o conservadorismo e a tecnocracia que ainda é presente no exercício profissional. De acordo com Iamamoto (2009) essa competência crítica supõe um diálogo crítico com outras vertentes teóricas que foram incorporadas no Serviço Social. Que supõe também uma competência técnica que aprofunda o conhecimento da realidade permitindo assim uma atuação qualificada frente às expressões da questão social que se manifestam no cotidiano da prática profissional.

O perfil do bacharel em Serviço Social apresentando no PPC do curso de Serviço Social da UFRB atende as Diretrizes Curriculares do Ministério da Educação – MEC. A UFRB assume que deverá formar assistentes sociais aptos a compreender as diferentes formas que a questão social é expressa, realizando uma articulação a nível local e global. Assim como um profissional capacitado a formular, implementar, desenvolver propostas de intervenção para seu enfrentamento. Sendo capaz “[...] promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários de políticas públicas no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (UFRB, 2007).

De acordo com Moraes (2014) as transformações do Estado na sociedade vigente, introduzem novas mediações históricas nas expressões da questão social, como também nas formas de seu enfrentamento, tanto por parte do “[...] Estado, por meio das políticas sociais públicas e empresariais, dos movimentos sociais e sindicais de mais iniciativas da sociedade civil” (p.63).

As transformações na organização do Estado trazem também implicações na divisão social e técnica do trabalho, que atinge tanto as políticas sócias como o emprego, o salário e o mercado de trabalho. “Atingem assim, de forma particular o Serviço Social, como uma das especializações do trabalho coletivo, que tem como objeto de intervenção a questão social” (MORAES, 2014, p. 63).

O PPC analisado também expõe que o egresso deve ter sua conduta de acordo com o que está posto no projeto ético-político da profissão, tendo em vista a ampliação e a garantia de políticas sociais em especial a Política de Assistência Social.

Ao analisarmos o texto do PPC, foi possível constatar que o mesmo segue, como anunciado, as orientações da resolução CNE/CES 15/02, de 13 de março do ano de 2002, que apresenta um discurso mais técnico e direto. Identifica-se a compreensão da relação, da sua apreensão entre teoria e da prática, a articulação ente ensino, pesquisa e extensão, o princípio da flexibilização curricular entendida como pluralismo e algumas categorias centrais apresentadas na base legal do projeto, como questão social, o rigoroso trato teórico-metodológico com um viés crítico. Entretanto tais categorias centrais na tradição marxista são mencionados sem um aprofundamento do seu sentido histórico, político e teórico. Sendo assim, o documento em si pode trazer limites a esse aprofundamento.

Deve-se destacar que categorias como totalidade, universalidade, particularidade e singularidade, e a própria menção de uma teoria social crítica que constam nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS e são retiradas pela resolução do CNE, numa evidente demonstração de correlação de forças levando propositalmente ao fortalecimento assim uma formação muita mais técnica e menos política. Tais categorias também não emergem textualmente no PPC do curso de Serviço Social da UFRB.

De acordo Araújo (2010):

A construção de um projeto pedagógico, não se constitui apenas na sistematização de um simples conjunto de normas burocráticas e administrativas, pois além de se constituir uma existência legal para o credenciamento dos cursos, junto ao ministério da educação e Cultura do país, assume um caráter político de ensino, na medida que guarda uma intencionalidade de direcionamento político e teórico ao processo de formação (p.87).

Reproduzindo, portanto, que o PPC, pode e deve trazer sua identidade, demarcando para além do que está posto nas Diretrizes.

Em competências e habilidades no PPC, são divididas entre gerais e específicas, que são possibilitar uma qualificação teórico-metodológica e ético-

política, como condição essencial ao exercício das atividades técnico-operativas, para ter-se:

- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- Utilização dos recursos de informática (UFRB, 2007, p.12).

E a formação profissional terá que desenvolver a habilidade em:

- Elaborar, gerir, executar, avaliar planos, programas e projetos na área social;
- Assessorar organizações públicas, empresas privadas, organizações da sociedade civil, organismos comunitários e movimentos sociais em matérias relacionadas às políticas sociais e na garantia dos direitos civis, políticos e sociais das comunidades;
- Patrocinar e facilitar a participação dos usuários nas decisões institucionais
- Planejar, organizar e administrar benefícios sociais
- Prover orientação social a indivíduos e grupos no sentido de identificar recursos e utilizá-los no atendimento da defesa de direitos;
- Elaborar perícias técnicas, laudos periciais e fornecer informações e pareceres sobre matéria relativa ao Serviço Social;
- Planejar, executar e publicar pesquisas que contribuam com o desenvolvimento do conhecimento nessa área de atuação (UFRB, 2007).

Nas referidas propostas de competências e habilidades, nota-se também um direcionamento a direção social marxista, ao explicitar a compreensão do significado social e histórico da profissão, para assim conhecer as possibilidades de intervir na realidade, identificando as demandas da sociedade, tendo em vista formular respostas para o enfrentamento da questão social.

Salientamos que na formulação das respostas para as demandas postas, o profissional deve dispor de um conjunto de elementos, que são:

“[...] os serviços e dos bens de recursos disponíveis para o atendimento das necessidades dos usuários e das competências e habilidades profissionais, isso é, de seu arcabouço teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo para viabilizar ações na perspectiva do fortalecimento e da defesa dos direitos humanos” (FARMANN, 2016, p. 35-36).

A utilização de recursos da informática é um elemento que demarca fortemente a descaracterização dos conteúdos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS, como mencionados no capítulo anterior.

Como descrito no Relatório de Pesquisa Avaliativa sobre a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS:

Tem-se que as alterações processadas pelo CNE, diferente da proposta original, tendem a reducionismos teórico-metodológicos e desvios ético-políticos da formação profissional. Portanto, cabe a atenção da ABEPSS à possibilidade de um distanciamento de cursos novos do conteúdo e da direção social proposta e para a necessidade de garantir a implementação de projetos pedagógicos a partir das Diretrizes Curriculares de 1996, sob o ponto de vista do projeto ético-político profissional, ao mesmo tempo avançando em sua construção e aprofundamento como processo histórico em permanente elaboração (ABEPSS, 2006, p. 4).

Ao analisarmos as ementas das disciplinas do curso de Serviço Social, que constam no PPC, buscou-se identificar se obras de Marx e da tradição marxista estão presentes nas disciplinas. Das quais podemos conferir no quando abaixo:

Disciplinas obrigatórias	Obras	Autores da tradição marxista e o próprio Marx
Fundamentos Históricos e Teórico Metodológico (FHTM I, II e III).	“Relações Sociais e Serviço Social no Brasil”; “Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaio crítico”; “O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional”; “Ditadura e Serviço Social”.	IAMAMOTTO, Marilda. V; NETTO, P.J; CARDOSO, Franci. G.
Seminário Temático o Profissional do Serviço Social	“Serviço Social - Identidade e Alienação”.	MARTINELLI, Maria. L.
Processo de Trabalho em Serviço Social (I e II)	“Adeus ao trabalho: ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do Trabalho”; “A instrumentalidade do Serviço Social”; “A era do capital”.	ANTUNES, Ricardo; GUERRA, Yolanda; HOBBSAWN, Eric J.
Teoria Social I e II	“A Ideologia Alemã”; “O Capital”. Vol 1 e 2; “Maquiavel, a política e o estado moderno”.	MARX, Karl e ENGELS, Friedrich; MARX, Karl, ENGELS, Friedrich; GRAMSCI, A.
Ciência Política	“O 18 brumário de Louis Bonaparte”.	MARX, K; In: MARX, K. e ENGELS, F.
Economia	“Economia Política”.	NETTO, J.P

Serviço Social, Trabalho e Questão Social	“Os sentidos do trabalho”.	ANTUNES, Ricardo.
Ética	“Ética e Serviço Social”; “A ética”.	BARROCO, Maria Lucia Silva; SANCHEZ E Vazquez.
Oficina Instrumental Técnico-operativo I	“Metodologia da Entrevista”.	CARVALHO, Anésia de Souza

Quadro 1. Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UFRB

Constatamos obras clássicas do próprio Marx, e de autores conceituados do Serviço Social e das Ciências Sociais que tecem suas discussões à luz do materialismo histórico dialético, e das categorias marxistas para discutir sobre a sociedade burguesa, o capitalismo, trabalho, questão social e o Serviço Social, que está imbricado em todas essas questões. Portanto ter essa presença nas ementas das disciplinas do curso de Serviço Social da UFRB corroboram com a assertiva que a teoria social crítica de Marx assume um lugar de destaque na formação do Serviço Social, destaque que está bem explícito nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Com a análise documental centrada na observação dos referências teóricos que fundamentam, orientam as definições legais que tratam da formação profissional do Serviço Social, notamos que o PPC não expõe especificamente a que vertente teórica se afilia, mas através dos princípios citados é possível identificar a presença da teoria social crítica de Marx, mesmo que timidamente a presença da tradição marxista no curso de Serviço Social da UFRB, sinaliza que o PPC é sensível a relevância de na formação profissional, o discente tenha contato com algumas das obras de Marx, e da tradição marxista expressas nas ementas curriculares.

Diante do exposto, imprimiram-se novos questionamentos sobre a reprodução do que está posto na resolução do CNE, que constam no PPC do curso de Serviço Social da UFRB, que demonstra uma preocupação em seguir o que está posto legalmente. E não reforçam direcionamentos contidos nas Diretrizes da ABEPSS. Quais conjuntos de correlação de forças teriam levando os atores sociais a assumir essa posição no PPC do curso, sem demarcar textualmente as Diretrizes da ABEPSS, mesmo que a percebemos no decorrer do documento.

Outro ponto indicado pela análise documental é a importância do curso de Serviço Social da UFRB, sendo um marco na história do Serviço Social no Estado da Bahia, que surge numa região em que não se tinha uma universidade pública, criando a oportunidade para que mais pessoas tivessem o acesso ao ensino superior, sendo a primeira instituição federal a ofertar o curso de Serviço Social no Nordeste. Cabendo enfatizar que o processo em que o PPC do curso de Serviço Social da UFRB, foi formulado, contou com profissionais da área com o propósito de garantir uma formação que fossem condizentes com as diretrizes do MEC, que contaram com a supervisão da ABEPSS.

Pereira et.al (2012) expõe que o curso de Serviço Social de uma forma geral passa por freqüentes tensões e mudanças que acontecem na sociedade e no mercado de trabalho, ao mesmo tempo que “[...] sua configuração interna é resultante das alterações ocorridas no ensino superior do país, o curso de Serviço Social não está isento desse processo. (p.9)

Interessamos agora, identificar através dos sujeitos da pesquisa, os discentes do curso de Serviço Social, se estes percebem alguma influencia da teoria social de Marx e da tradição marxista na formação profissional do curso de Serviço Social da UFRB.

4.2 O Perfil dos Discentes do Curso de Serviço Social da UFRB

Antes de apresentarmos os resultados da pesquisa de campo com os discentes do curso de Serviço Social da UFRB, é importante falarmos um pouco sobre o perfil desse discente. Utilizaremos os resultados da pesquisa do referido curso, realizada através do Grupo Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional, que se propôs a identificar o perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB.

A referida pesquisa foi realizada com 85 discentes de duas turmas, nos meses de abril e maio de 2010. Com aplicação de questionários semi-estruturados a discentes matriculados nas três primeiras turmas do curso de Serviço Social da UFRB.

Os resultados constataam que a maioria dos discentes são do sexo feminino (89%), o que condiz com a característica que majoritariamente a profissão é feminina.

Conforme destaca Beltrão e Teixeira (2004 apud MIRANDA E SOUZA, 2012) sua pesquisa revelou que cor e gênero nas carreiras universitárias têm o predomínio das mulheres, com percentual maior de mulheres negras, pardas e amarelas em seu corpo discente, o que indica uma influência que se transpõem nas categorias gênero e raça.

Miranda e Souza (2012) expõem que esse dado é importante para compreendermos o mercado de trabalho, suas condições e a imagem, as representações sobre a profissão.

No que se refere a idade dos discentes, a pesquisa revela a maior parte dos discentes são jovens, que possui até 25 anos (75%). E os que têm entre 26 e 40 anos constituem 19% do grupo pesquisado e os 6% restante possuem mais de 41 anos de idade.

Sobre a cor/raça os discentes se auto declaram de cor negra (49%) e (40%) pardos, os brancos representaram (9%) do total de entrevistados e apenas 1 discente não informou sua cor.

De acordo com Miranda e Souza estes dados são bastantes significativos:

Se pensarmos que a participação dos negros e pardos no ensino superior é inferior à participação de brancos, mesmo na Bahia, estado brasileiro com maior percentual de negros e pardos na população, mas que possui uma das menores taxas no Brasil de jovens no ensino superior (p. 30).

As autoras ainda chamam a atenção para os dados do PNAD de 2009, que mostram que enquanto 62% dos jovens brancos entre 18 e 24 anos estão cursando nível superior, apenas 29,2% de negros e 31,8% de pardos estão incluídos nesse nível educacional.

No que se refere à situação conjugal dos discentes, a maioria (81%) são solteiros e (61%) nunca viveram com o companheiro. Os casados são 13%, e 5%, que declararam ter união estável. Tendo apenas um discente que informou ser divorciado/separado.

Na variável religião, temos um número significativo que declararam católicos (50%). Os que informaram serem evangélicos ou protestantes somam (20%). Segundo Miranda e Souza (2012) esses dados podem significar a identidade que a profissão teve na sua origem “[...] com valores religiosos e que a idéia de “ajuda ao próximo” e de promoção da “justiça social”, bastante difundidos nas religiões católicas e protestante, também são elementos trazidos pelos discentes” que escolhem o curso de Serviço Social (p. 31).

Sobe a distribuição dos estudantes segundo renda familiar em salário mínimo, 73% informaram que não desenvolvem atividades remuneradas ou estão fora do mercado de trabalho, 60% possuem uma renda familiar que não ultrapassa 4 salários mínimos, “[...] indicando uma origem e permanência nas classes mais vulnerabilizadas da sociedade” (MIRANDA E SOUZA, 2012, p. 33).

Esse resultado do perfil socioeconômico, político e cultural dos discentes, estão diretamente ligados ao contexto político e social do país. Diante de uma conjuntura marcada pela expansão do neoliberalismo, que se caracteriza entre outras coisas pela flexibilização dos direitos trabalhistas, aumento do desemprego e da precarização das condições de trabalho (ANTUNES, 2010).

Miranda e Souza (2012) trazem que de acordo com o PNAS – 2014, o público usuário da Política de Assistência Social é constituído por:

[...] cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade, ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004 apud MIRANDA E SOUZA 2012, p. 33).

A descrição do PNAS demonstra que a análise da pesquisa em questão, que constatou que a maioria dos discentes em situação de vulnerabilidade social, que não estão inseridos de maneira formal ou informal no mercado de trabalho. Portanto, de acordo com esse raciocínio, dentro dos

critérios estabelecidos pela PNAS para a inclusão dos indivíduos na proteção básica “[...] essa população seria uma usuária em potencial para essa política. Entretanto, de acordo com os dados, 82% do total de alunos pesquisados, não estão inseridos em qualquer programa social de transferência de renda” (MIRANDA E SOUZA, 2012, p. 34).

A pesquisa também avaliou a permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade, que é promovida pela UFRB, através da Pró Reitoria de Políticas Públicas e Assuntos Estudantis – PROPAE. Constatou-se que a maioria dos discentes (77%) não estavam inseridos em qualquer programa de assistência ao estudante.

Os benefícios que são concedidos por tal política são concentrados no Programa de Permanência Qualificada, que abrangem principalmente o auxílio moradia, auxílio transporte e projeto institucional que prevê a inclusão dos discentes nas atividades de pesquisa e extensão. Nos discentes que responderam ser beneficiado pela assistência estudantil, somente 7,8% têm o auxílio moradia e os que têm a bolsa de projeto institucional são a maioria. (MIRANDA E SOUZA, 2012).

Outro dado importante de destacar é que a pesquisa sobre o perfil dos discentes revelou também que (74%:) dos discentes conheciam parcialmente a política de assistência estudantil, somados aos que não conheciam esse numero aumenta para 97%. Havia, portanto, uma desinformação e um desconhecimento sobre tal política, o que dificultava o acesso dos discentes, o que poderia contribuir no abandono do curso, devido a dificuldade em se manter numa Universidade (idem. 36)

Em relação à cidade de origem dos discentes, a referida pesquisa revelou que 37% dos discentes são oriundos dos municípios que fazem parte do território de identidade do Recôncavo Baiano. Muitos também são do interior do Estado. O que condiz com o processo de interiorização das Universidades Públicas, que no caso da UFRB visa-se “[...] atender a demanda do ensino superior do estado da Bahia, em especial do território de identidade do Recôncavo Baiano (MIRANDA E SOUZA, 2012. p. 37).

Percebemos que a pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Serviço Social, Trabalho e Formação Profissional, com os discentes do curso de Serviço Social, possibilitou conhecermos o perfil dos discentes do curso de

Serviço Social da UFRB, em um contexto e crise do capital, dos seus rebatimentos implicam na vida desses discentes. Que são em sua maioria jovens, oriundos de famílias de baixa renda e não trabalham e/ou participam da renda da família.

De acordo com Miranda e Souza (2012), os discentes do grupo de pesquisa notaram que a profissão vivencia novos tempos, em que a base da categoria de profissionais do Serviço Social se constitui na luta pela consolidação e ampliação dos direitos sociais e da cidadania. Sendo assim, o profissional tem no seu trabalho o desafio contínuo de “[...] concretiza direitos numa sociedade que os retira constantemente” (p. 39). E reforça que não devemos desconsiderar:

[...] ‘aqueles velhos’ traços ainda transitem pela nossa imagem ou por nossa representação na sociedade, dentre elas: ‘ a imagem da moça boazinha’ – um profissional marcado pelo fetiche da ajuda e pelo voluntarismo. Essa imagem conservadora e contraditória ao projeto ético-político e ao significativo acúmulo teórico-metodológico que a profissão expressa na contemporaneidade deve ser desvencilhada e desconstruída. Com isso, o trabalho de pesquisa no processo de formação torna-se fundamental e estratégico para modificar o ‘olhar’ tradicional sobre a profissão (p. 39).

Tal pesquisa também revela que o perfil do discente apresentou diferentes questões norteadoras como gênero, raça/etnia, curso com discentes majoritariamente do sexo feminino, de jovens, em sua maioria negros e pardos, naturais do interior do estado da Bahia, que em sua maioria não estão inseridos em programas sociais de permanência na Universidade nem de transferência de renda.

Conhecemos assim as particularidades dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB, em um contexto de rebatimentos que são ocasionados por uma série de fatores, seja no âmbito das políticas públicas, das desigualdades sociais geradas pelo capitalismo que incidem diretamente no exercício profissional do assistente social. Que geram novas reflexões sobre a formação profissional e da particularidade própria da região em que está inserida a UFRB.

4.3 A Apropriação da Teoria Social marxiana e da Tradição Marxista na Formação Profissional do Curso de Serviço Social da UFRB: Os Sujeitos em cena

A pesquisa buscou analisar qual a percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB sobre a presença da teoria de Marx na formação profissional dos mesmos. Partindo do pressuposto de que a apropriação da teoria social de Marx pelo Serviço Social propiciou um amadurecimento teórico-metodológico profissional.

Com o intuito de sabermos se os discentes têm nas disciplinas do curso discussões, contato sobre a teoria social crítica de Marx, e quais são essas disciplinas. Estes responderam:

Nós tivemos contato com FHTM, trabalhávamos Marx também na disciplina de Teoria Social mais forte na 1 e na 2 e em Ciência Política também (Antonio).
Economia, Teoria Social, FHTM, acho que só (Simone).
Eu acho que foi mais na Teoria Social 1 e 2, principalmente na 1, o professor apresentava os mais famosos da Sociologia e na disciplina de Metodologia da Pesquisa, FHTM e Teoria Social também, só me lembro dessas (Clarice).
Teoria Social 1, na 2 a gente não teve tanto contato com Marx, nas outras teorias 2 e 3 a gente não trabalha com a teoria marxista. Então assim, de fato a gente teve nas disciplinas obrigatória do Serviço Social e nas obrigatórias Teoria Social (Rosa).

Esses relatos reforçam a análise apresentada no capítulo anterior, em que foram identificados referências bibliográficas de Marx e de autores da tradição marxista nas ementas curriculares.

Ao perguntarmos sobre quais autores da teoria social marxista os discentes leram, obtivemos como resposta:

lamamoto, que fala de Marx, Mezários outros que não me recordo, autores mais antigos como autores mais recentes (Antonio).
Gramsci, pouca coisa de Lukács, li o próprio Marx, obviamente que teóricos do Serviço Social que bebem da fonte da Marx, como lamamoto e Netto (Fred).
Tiivemos contato com leituras Gramsci, Kosic, Lucács Imamamoto, Netto (Rosa).
Netto, lamamoto a bíblia do Serviço Social, acho que só esses outros foram fragmentos de texto que o pessoal botam pra disciplina (Clarice).
Yolanda Guerra, que me lembro agora só ela, mesmo (Simone).

Essas respostas evidenciam que na formação profissional do curso de Serviço Social da UFRB, os discentes têm o contato com leituras de autores clássicos da tradição marxista como Gramsci, Koscic, Lukács e autores brasileiros conceituados que discutem o Serviço Social, a teoria social crítica de Marx, como Yamamoto e Netto.

No universo dos pesquisadores que reivindicam um vínculo com a tradição marxista, afloram maneiras de pensar e explicar a profissão sob diferentes matizes, sob a inspiração de Marx, Gramsci, Lukács e influxos hegelianos. A ótica de leitura desses clássicos — assim como a leitura que é feita de suas obras — direciona angulações privilegiadas na análise da profissão e de seu exercício: a ênfase no trabalho, na práxis e na organização da cultura, na ideologia e na formação da consciência, que merecem debate (IAMAMOTO, 2014, p. 623).

Ao questionarmos se estes leram alguma obra do próprio Marx, verificou-se, que alguns dos sujeitos entrevistados já leram alguma obra de Marx, dos textos originais. Os textos de Marx mais lidos foram “Manifesto Comunista, Ideologia alemã e 18 de Brumário de Luis Bonaparte.

Um dos entrevistados relatou que ler os escritos de Marx é difícil. Pois segundo o mesmo “puramente ainda não, Marx a forma como ele escreve é bastante complicada a pessoa encarar Marx, puro in natura é mais complicado a gente sempre trabalha com autores que falam dele” (Antonio).

Com o objetivo de identificar se no processo formativo, os discentes vêem alguma relação entre a vertente crítica marxista e a construção do Projeto Ético Político Profissional, estes responderam:

eu acredito profundamente, porque assim a bibliografia do serviço social de um tempo pra cá é profundamente influenciada por essa teoria social crítica não significando que na graduação nos tenhamos um aprofundamento com algumas categorias de Marx, de outros autores que sucedendo Marx são indispensáveis para gente possa compreender a contemporaneidade da teoria social crítica, acho que influenciou sim, não significando que na graduação nos tenhamos discutido essas coisas (Fred).

Com certeza, a própria atuação do Serviço Social é voltado para defesa da classe mais oprimida, da classe trabalhadora, a influência de Marx foi muito grande. A gente vê isso através da formação histórica da profissão, a quebra do conservadorismo depois na intenção de ruptura e agora essa fase atual do Serviço Social que ainda tem os resquícios do tradicionalismo (Antonio).

Eu acho que sim, antes a profissão não tinha tanto vertente assim em seguir, ser marxista, mas depois da época, da década 80 que teve toda aquela reforma acho que a partir daí elas as profissionais, que tem homem também, começaram a utilizar a partir do método de Marx buscar compreender [...] acho que basicamente foi reformulado pelo método de Marx (Clarice).

A maioria respondera que acreditam na influência da teoria social crítica de Marx na construção do referido projeto. De acordo com Justino (2013) o projeto ético-político hegemônico da profissão é marcadamente influenciado pela tradição marxista “[...] consequentemente, iluminado pelo método totalizante de análise da realidade, e pelo compromisso com a classe trabalhadora na tortuosa luta de classes intrínseca à sociedade capitalista” (p.6)

Sobre a compreensão da relação teoria e prática, foi perguntado se os discentes acham que a teoria social crítica de Marx nos possibilita apreender essa relação. Os entrevistados foram unânimes em dizer que a referida teoria marxista nos proporciona esse entendimento, mesmo que, de acordo com o relato dois entrevistados, “não seja algo simples de ser entendido”.

Sim com certeza a compreensão da práxis, que a teoria tá imbricada com a participação popular, enfim eu acho que é fundamental também pro assistente social para relacionar essa teoria na prática e no cotidiano profissional pra não desvencilhar uma coisa da outra (Fred).

Possibilita de fato possibilita, porque assim ele na teoria ele fala sobre a questão histórica do processo em que é construído o ser, na questão teórica a gente aplica esse através do conhecimento que a gente tem da realidade do processo histórico para na prática da realidade, porque assim a gente só consegue compreender a realidade do indivíduo hoje através dessa conjuntura histórica (Rosa).

Eu acredito que sim, da pra você compreender bastante, principalmente na questão que é o principal da burguesia e proletariado, pelo menos compreendo muito bem, mas quando você vai tentar ligar isso na realidade que a gente tem, talvez porque a gente tá inserida nela primeiro, que a gente antes pelos menos eu não me reconhecia como classe trabalhadora eu sempre referia a classe, não nós a classe então é uma coisa que primeiro você vai desconstruir pra compreender e interpretar na realidade que se tem (Clarice).

É bem complexa, estamos trabalhando esse tema, a gente fica achando que estuda teoria e quando põe em prática vai tudo ao contrário, não casa, a teoria de Marx nesse sentido eu acho que deve ter sim como falei eu tenho que aprofundar mais, dentro da minha

perspectiva de conhecimento, no meu entendimento não consigo ter essa compreensão total entre teoria e prática, mas não posso questionar porque que não tive um aprofundamento nesse quesito (Antonio).

Eu acho que não é uma coisa fácil, porque nenhum desses autores não tem uma didática fácil de ser compreendida, mas entre outros autores que tive conhecimento a de Marx é a que chegou mais perto de termos uma compreensão entre teoria e prática (Simone).

Segundo Guerra (2000) “o hiato presente na relação teoria/prática adquire expressões, feições e significações diversas, embora permaneça determinado pelo mesmo processo que o funda: as necessidades materiais da produção” (p.186). Ou seja, é necessária uma análise que supere o aparente, na busca por compreender as determinações que intervêm na prática profissional cotidiana.

O próximo passo na pesquisa foi encontrar na fala dos sujeitos, elementos que remetessem ao materialismo histórico dialético, e qual a percepção destes sobre o método de Marx. Tal temática também foi expresso como algo difícil de falar sobre. De acordo com os entrevistados:

Um tema um pouco cascudo pra mim, ainda não me acostumei, a gente ver isso no curso, ver que é um método bastante eficaz, até então autores consagrados ainda falam de Marx, utilizam, citam Marx, então não é atoa que ele é bem trabalhado porque a teoria dele tem respaldo é bem trabalhado tem corpo, e ta sendo valida ate os dias atuais, embora tenha teóricos, autores que acham que não é só a teoria de Marx é valida, pro Serviço Social como outras, a gente acaba ficando muito preso na teoria de Marx esquecendo quem outras teorias outros autores, pensamentos que poderiam agregar ao Serviço Social (Antonio).

Materialismo histórico dialético, poxa barril, eu entendo que o materialismo histórico dialético foi o método que Marx elaborou, um método original, que ele elaborou para explicar, pesquisar a sociedade burguesa do século XIX ele bebeu da fonte de Feuerbach bebeu do materialismo de Feuerbach, bebeu da dialética de Hegel e do socialismo utópico dos autores de sua época e fez uma síntese a partir cada característica, de cada autor que ele bebe pegou o materialismo a dialética e o socialismo utópico e formou esse método original, materialismo histórico dialético para explicar a sociedade burguesa de sua época, acho que é um método que se propõem identificar alguns determinantes que não aparecem imediatamente, o método que procura explicar uma forma mediatizada os determinantes, as características da sociedade burguesa (Fred).

Minha opinião é nessa perspectiva que a gente trabalha num contexto conforme a trajetória histórica então assim, só por intermédio do marxismo é que a gente pode compreender esse aspecto de você compreender o passado e entender a conjura do presente (Rosa).

Acho uma confusão “rs” compreendo mas depois não compreendo, então até pra falar assim fico confusa no que vai ser dito, e mesmo com a disciplina que se teve tratado disso eu entendi na hora mas depois esquece, eu acho muito confuso, não sei desenvolver (Clarice).

Ficou evidente que pela maioria dos entrevistados que a compreensão sobre o método de Marx é considerado algo difícil. Embora a gente perceba através das respostas elementos que fazem parte do significado do materialismo histórico dialético. Compreendemos que tal método fornece uma sólida análise, uma leitura da sociedade, pois seu ponto de partida é a realidade concreta almejando sua transformação (ANDRANDE, 2015).

Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, no Código de Ética profissional consta-se a defesa do pluralismo, do diálogo com vertentes teóricas. Foi perguntado aos discentes se eles consideram que exista o pluralismo na formação profissional do curso de Serviço Social da UFRB. Dos 5 entrevistados 3 responderam que não percebem o pluralismo no curso:

Ainda ta um pouco restrito, trabalha muito Marx e outros autores Foucault, Bourdieu são poucos citados acho que tem um pensamento um pouco diferente de Marx em algumas categorias vamos dizer assim, o Serviço Social ta muito preso ainda não da esse universo de teóricos, embora ainda falte alguns semestre para eu terminar, eu sinto falta de variedade de autores, pensamento, teorias diferentes da de Marx (Antonio).

Vou ser sincera com você, de existir é claro que os professores dialogam dizem que existe e tal, mas, a um preconceito dos professores exaltam o marxismo a dialética, fica sub entendido tanto que você pergunta sobre outros autores eu n vou ter tanta certeza de te falar, mas tipo a maioria dos professores se consideram marxista (Simone).

Aqui, que não a de Marx acho que não, aqui no CAHL talvez em outros centros o pessoal seguiu muito isso, também porque além do curso de Serviço Social tem o pessoal de ciências sociais que tem muitos marxistas, acho que é quase impossível pra ter pluralismo, acho que é quase hegemônico aqui no curso. (Clarice).

Já para 2 dos 5 entrevistados, consideram que exista o pluralismo na curso:

Então o Código de Ética da profissão é revolucionário no sentido de propor o pluralismo que não significa um pluralismo com correntes teóricas conservadoras, o pluralismo conforme propõe Código de Ética é um pluralismo dialógico com outras correntes do saber

progressistas, ser democrático com correntes conservadoras n é nesse sentido mas é que sejamos democráticos dentro da profissão da categoria profissional com outras correntes do pensamento progressistas. Existem correntes da fenomenologia profundamente progressistas que não adeptos com a corrente marxista, mas nos temos que nos aprender a respeitar esses profissionais e até espaço de diálogo de debate para que eles possam se expressar também (Fred).

Acho porque assim quando a gente deu a teoria social 3 na outra perspectiva da pra você perceber que pode existir um dialogo entre ambas, eu achei legal (Rosa).

No documento da então ABESS, intitulado de “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional”, consta-se a indicação a busca pelo pluralismo. O referido documento aponta que:

O pluralismo, enquanto princípio teórico e ético-político deve ser claramente demarcado para que evitemos a reedição de equívocos passados e presentes. Logo, a atualização marxista não pressupõe uma perspectiva eclética. O que está na base do princípio pluralista é a própria historicidade da vida social. A partir deste fundamento é que se impõe a exigência da atualização de nossos conhecimentos e habilidades, visando à apreensão da realidade e à melhor qualificação para a intervenção sobre a mesma (ABESS nº 7 apud SILVA, 2008, p.145).

Consideramos como importante, perguntarmos, se em sua formação profissional os discentes consideram que a teoria social crítica de Marx contribuir com a nossa formação enquanto futuros assistentes sociais. Todos os entrevistados responderam que consideram como importante a teoria de Marx em nossa formação e que está contribui sim com nosso processo formativo.

Com certeza uma teoria que vai ta contribuindo porque a partir do momento que a gente entende que a uma divisão de classe a gente acaba percebendo como a injustiça foi formada aquela questão do histórico, do materialismo histórico, histórico dialético que ver que tem a transformação que volta novamente, que tem um ciclo que nunca se termina e mesmo que a desigualdade do capitalismo vai se transformando entra e sua crise, mas retorna de uma forma que faz com que a população seja penalizada, vamos dizer assim, só tentar ser mais claro, a gente passa a observar isso agora com a crise que estamos vivendo, estivemos um momento de alegria e agora vivendo um momento de tristeza com a crise do capital e quem ta pagando somos nós, isso que Marx falava esse ciclo do capital é o proletariado que mais sofre pra poder sustentar o modo capitalista é o que eu entendi desse sistema dessa idéia que ele passava pra gente (Antonio).

Eu acho que sim, que contribui, como te falei acho que a didática dele é que chega mais perto pelo menos eu como quanto pessoa o que chega mais perto do meu entendimento sobre a realidade (Simone).

Contribui primeiro que desconstruir ta em moda, mas é essa é a palavra que me recordo, primeiro que você vai compreender como realmente é o sistema como as coisas soa dividas, e como funciona o capitalismo em si, as fases que tem que ele meio que prevê, principalmente pra questão do Serviço Social que você tem compreender alem do que se apresenta, questão do imediato mediato, singular universal particular, acho que possibilita bastante você interpretar a realidade aquilo que se apresenta, alem do que se apresenta (Clarice).

Contribui pra a gente possa pensar o Serviço Social de uma forma mais critica e romper com o conservadorismo histórico na profissão, não significando a hegemonia da teoria social critica tenha que acabar com pluralismo, não eu não acredito nisso, a hegemonia da teoria social critica é não só que ao lado do pluralismo que vê existe em todo categoria profissional uma liberdade de pensamento desde que esse pensamento seja progressista (Fred).

A contribui de fato contribui, olha, ela contribui pelo fato de assim antes da gente entra na universidade a gente não tem essa compreensão de fatos passados, por exemplo, a gente chega julga a realidade do individuo de conforme a aquilo que a gente, que a sociedade nos transmite e a partir dessa compreensão crítica a gente consegue ver para além do que a sociedade nos mostra entender? Perpassa esse campo então assim ela fundamenta toda nossa prática (Rosa).

Assim, entendemos, que a apropriação desse referencial em nossa formação, propicia ao assistente social ter condições de capturar as possibilidades de ação na realidade, e assim analisar a sociedade em sua historicidade, desvendando assim as contradições do sistema capitalista e o seu funcionamento, assim:

[...] quanto mais os assistentes sociais forem capazes de explicar e compreender as lógicas que produzem a pobreza e a desigualdade, constitutivas do capitalismo, mais condições terão para intervir, para elaborar respostas profissionais qualificadas do ponto de vista teórico, político, ético e técnico - o conhecimento teórico é a primeira ferramenta do trabalho do assistente social (YAZBEK, 2010, p. 1).

Ao fim da entrevista, foi perguntado se os discentes desejavam falar algo a mais sobre a temática da pesquisa:

A influência de Marx pra mim no curso é imprescindível, imprescindível mesmo, mas como tudo a gente tem que aprender um pouco de cada coisa, sinto falar de mais teóricos de pensamentos diferentes para que possamos comparar porque muitas vezes a teoria

de Marx pode encontrar uma barreira que outra teoria possa superar, é uma teoria complementando a outra, uma falta de entendimento que Marx teve que não pode superar aquele momento histórico outra teoria pode ajudar e como a gente fica muito preso a uma única corrente isso prejudicar a ação do profissional do assistente social, meu pensamento é esse, ter essa abertura, ter um foco em outras correntes teóricas para ampliar o conhecimento dos profissionais que estão sendo formado, para que eles possam saber lidar com diversas situações independente de ser ligada a teoria de Marx ou outra teoria (Antonio)

Acho que não só, que é um tema bastante interessante, que a gente vê essa presença do marxismo aqui no curso de serviço social, eu sei que debate muito, mas, não nessa perspectiva que você tá trazendo, eu achei muito interessante sua pesquisa (Simone).

A teoria social crítica no currículo da formação profissional discutir isso é muito bacana porque não temos muita densidade em autores contemporâneos marxista, a gente estuda muito a categoria do Marx clássico, mas agente não aprofunda em Gramsci em Lukács. Gramsci um homem do seu tempo que se aprofunda na concepção da complexidade do Estado ampliado do século 20 e Marx o século 19, e agente não leva em consideração que estado se transforma entende, então eu acho interessantíssimo a gente discutir a teoria social marxista (Fred).

Diante dos resultados das entrevistas, com as falas dos sujeitos, foi possível compreendermos qual a percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB sobre a presença da teoria social crítica de Marx e da tradição da marxista. Para os discentes essa presença é percebida em varias disciplinas do curso, nas discussões de diversos autores que fazem parte das referencias bibliográficas do curso e, sobretudo, um elemento muito interessante é que esses discentes acreditam que a teoria, o método de Marx contribuem em nossa formação profissional, e reconhecem a contribuição desta com a construção do Projeto Ético-Político Profissional, atribuindo a profissão um perfil crítico em sua prática profissional.

Sendo assim, as falas dos sujeitos trazem si toda uma “bagagem” teórica que lidamos durante a formação profissional em Serviço Social, uma teoria crítica que nos leva a refletir sobre o contexto histórico que vivenciamos, mas sem desconsiderar elementos do passado, estes que são importantíssimos para compreendermos a realidade, todo um conjunto de relações sociais, de correlações de forças que incidem diretamente na sociedade.

A olharmos para os sujeitos com seres humanos dotados de direitos que precisam ser assegurados e efetivados e ao buscarmos constantemente

romper com qualquer corrente de pensamento conservadora que esteve presente na gênese da profissão e que, em todo momento, insistem em ocupar toda esfera da vida. Precisamos estar, portanto, sempre atentos a essas contra correntes, afim de, sustentar o projeto ético-político da profissão construindo a base de muitas lutas pela categoria profissional, como também pelos discentes de Serviço Social, entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa possibilitou realizarmos um resgate do processo histórico do Serviço Social, dando enfoque na formação profissional e na apropriação da teoria social crítica de Marx nesse processo. Constatamos que ao se apropriar dessa teoria crítica o Serviço Social dá um salto qualitativo importante ao buscar romper o conservadorismo, possibilitando a construção de um perfil profissional dotado de criticidade.

Essa aproximação do Serviço Social brasileiro com a teoria social crítica não aconteceu de forma casual, ela é resultado de avanços que a profissão concentrou no decorrer do seu processo histórico. Seus fundamentos teóricos, históricos, éticos e políticos se vinculam, portanto, com a teoria de Marx, ao ter como horizonte a superação da sociedade de classes no sentido a emancipação humana. A filiação do projeto ético-político profissional com a teoria de Marx esteve diretamente atrelada ao enfrentamento e a denúncia do conservadorismo profissional.

É nesse processo de crítica e recusa do tradicionalismo profissional que se constituem a base para um novo projeto profissional. De acordo com Netto (1999), esse projeto tem no seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, além do compromisso com a emancipação dos indivíduos sociais, o compromisso com a autonomia, entre outros. Assim, o projeto profissional do Serviço Social se filia a um projeto societário a um projeto societário que se compromete a construir uma nova ordem social.

Nessa incursão investigativa, nosso objetivo principal foi compreender a percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB sobre a presença da teoria social crítica marxista, a tradição marxista no referido curso. Ficou perceptível nas falas dos sujeitos, que a sim a presença, a influência da tradição marxista no curso, bem como da tradição marxista, que os discentes apresentam uma compreensão da teoria social de Marx, do seu método e da contribuição dessa teoria no Serviço Social e em nossa formação profissional. Essas questões puderam ser respondidas na pesquisa.

No percurso da pesquisa pode-se explicitar também o protagonismo dos assistentes sociais, dos docentes e discentes do curso de Serviço Social e as entidades representativas da categoria, em destaque a ABEPSS, que vem

orientando a dimensão formativa pretendida para a profissão desde o 1946 (MOREAS, 2014). Frente às realidades vivenciadas na sociedade brasileira, esse protagonismo foi essencial para a construção das Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Reconhecemos a importância da Teoria de Marx na formação profissional, no âmbito da dimensão teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político como fundamentais para que possamos realizar uma leitura crítica da realidade, e assim, poder desvendar as expressões da questão social. Conhecermos para além do que está posto na imediatez e assim intervir na realidade considerando o ser social a partir da perspectiva da totalidade histórica, diante do sistema capitalista.

Como traz Yamamoto (2009, p.188):

A concepção marxiana apoia-se na teoria do valor trabalho, afirmando o primado da produção dos indivíduos sociais, pelas suas objetivações, das quais o trabalho é privilegiado como forma de objetivação humana, de prática. Outra dimensão a ela inerente é a crítica revolucionária, isto é, a apreensão do homem como ser prático social, em que os produtores da riqueza – cuja fonte está na força de trabalho em ação e, portanto, no trabalho, têm centralidade na prática da vida social e, por isso, na sua reconstrução teórica. Destarte, incorpora o ponto de vista do trabalho na apreciação crítica da sociedade e na perspectiva da construção de um modo de vida e de trabalho, voltado para a superação da alienação que caracteriza a sociedade capitalista- e, portanto, a sua ultrapassagem.

As transformações societárias que incidiram diretamente nas reformas do Estado e nas reconfigurações do mundo do trabalho, dentre outros aspectos, trouxeram rebatimentos aos assistentes sociais. Que vão desde o redirecionamento do mercado de trabalho, como, ao ensino superior, afetando o curso de Serviço Social. É nesse cenário que surge o curso de Serviço Social da UFRB.

Aos analisarmos o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFRB, percebemos uma preocupação em atender a população do Recôncavo Baiano, em propiciar que os moradores da região pudessem ingressar na Universidade, no curso de Serviço Social. Tendo uma formação profissional de Serviço Social que elaborem propostas críticas e interventivas para a população desta região que foi por muitos anos destituída de direitos sociais.

O PPC apresenta também os objetivos, princípios que devem orientar a formação profissional em Serviço Social, para concretizar um perfil profissional crítico, com competência teórica, técnica e política em consonância com a resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, de 13 de março de 2002, assim como com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96).

Como salientado na pesquisa o texto legal das Diretrizes Curriculares que são homologadas no ano de 2001 pelo Ministério de Educação – MEC, sofreram uma descaracterização na proposta original da ABEPSS, em relação à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades fundamentais ao exercício profissional dos assistentes sociais (IAMAMOTO, 2014 p. 616).

O que deve significar a não menção da direção social marxista no PPC do curso de Serviço Social da UFRB.

Para compreendermos melhor a composição do PPC, pesquisamos os PPCS de outras Universidades, para assim verificarmos se em outros projetos pedagógicos havia um direcionamento teórico expresso textualmente, que mencionassem que a formação profissional é norteada pela teoria social marxista. E constatamos PPCS de algumas Universidades que sustentam seu projeto pedagógico pela teoria social crítica de Marx.

No PPC do curso de Serviço Social da UFRB, apesar de não encontrarmos a referência a Marx, encontramos palavras-chaves que remetem a uma direção social marxista, além de referências bibliográficas do próprio Marx, como de autores consagrados da tradição marxista, presentes das ementas curriculares de várias disciplinas. Inclusive pude notar que, nas ementas não constam obras do próprio Marx, nem de alguns autores que tive a oportunidade de ler em algumas disciplinas. O que pode significar uma própria iniciativa dos docentes em trabalhar em suas disciplinas leituras trazidas por autores marxistas. O que demonstra também que o PPC não é algo engessado, ele é um documento importante, mas que pode ser modificado.

Sobre a percepção dos discentes do curso de Serviço Social da UFRB, percebemos que estes reconhecem o significado que a teoria social crítica de Marx tem na profissão e o quanto a presença desta na graduação, nas disciplinas são importantes, mas os discentes entrevistados também

apontam que é preciso falar mais de Marx e de sua teoria nas disciplinas do curso para uma melhor compreensão de sua teoria e de como ela pode nos auxiliar em nosso exercício profissional, evitando assim equívocos e/ou desestímulos em estudar sobre essa teoria crítica que tanto fundamenta nossa prática profissional.

Essas considerações não têm a pretensão de serem conclusivas, e sim asseverar de que o pensamento inicial que se tinha sobre a importante relação do Serviço Social com a Teoria Social Crítica Marxista podem ser conferidas durante o percurso histórico da profissão, nos grandes marcos da profissão, e na construção do projeto ético-político profissional, construído tendo como base o pensamento crítico de Marx.

Abreu (2016) reforça que:

O fortalecimento do pensamento crítico, marxista, orientador da organização e da luta de classe trabalhadora, na perspectiva da emancipação humana, e o fortalecimento da organização política dos assistentes sociais nas contradições e desafios da organização e luta do conjunto da classe trabalhadora constituem os eixos principais da construção da resistência e sustentação do novo projeto ético-político profissional na perspectiva da emancipação humana, no âmbito do avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão (ABREU, 2016, p. 256).

Reafirmarmos a importância do fortalecimento da organização política dos assistentes sociais como essências na resistência e sustentação do projeto ético-político profissional, por parte dos assistentes sociais e dos estudantes também em um contexto de transformações econômicas e político-ideológica vividos na atualidade.

Acreditamos que a sustentação do pensamento crítico marxista é necessária também no enfrentamento do avanço do conservadorismo na sociedade e na profissão. Portanto, foi através da Teoria Social Crítica de Marx que o Serviço Social conseguiu obter essa criticidade, que propicia a sua formação a capacidade crítica-reflexiva da realidade. Quando o Serviço Social consegue aprender a concepção teórico-metodológica que Marx e tradição marxista trazem com as categorias de análise da realidade, é central para o Serviço Social trabalhar a partir do método materialismo histórico dialético,

contribuindo assim para análise crítica da realidade a luz do que está posto no Projeto Ético Político.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Cadernos ABESS, nº 7: **Formação profissional. Trajetórias e desafios.** São Paulo/SP: Cortez, novembro de 1997.

ABEPSS: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social.** Rio de Janeiro, 1996

ABREU, M. Marina. **A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) : as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo.**

._____ In: Serviço Social no Brasil : historia de resistências e de rupturas com o conservadorismo / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org). ed Cortez – São Paulo : 2016.

AGUIAR, Antonio. Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens a Araxá.** 6, Ed. Cortez. São Paulo. 2011.

ANDRADE, Haiana Ferreira de.. **Dos Calos na Mão aos Sapatos nas Vitrines: a precarização do trabalho em uma indústria de calçados no interior da Bahia.** 2015. 138 f. TCC (Monografia em Serviço Social) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Cachoeira-BA, 2015.

ANTUNES, R. **Produção Liofilizada e a precarização da estrutura do trabalho.** In: O avesso do Trabalho II. São Paulo. Ed. Expressão Popular, 2010.

ARAÚJO, A. Q. P. **Formação Profissional em Serviço Social: embates no estágio entre o projeto ético político e as demandas do mercado de trabalho.** 2010. 155 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – UFPB, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em serviço social**: parecer CNE/CES 492/2001. Brasília, DF, 2001.

BEZZERA, Clara de Almeida Santos. **Marxismo e Serviço Social: um estudo sobre a incorporação da categoria “Liberdade” pela tendência de Ruptura com o Tradicionalismo**. 156 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2013.

CARDOSO, G. Franci. **O Serviço Social como totalidade histórica em movimento no Brasil contemporâneo**. _____ In: Serviço Social no Brasil : historia de resistências e de rupturas com o conservadorismo / Maria Liduína de Oliveira e Silva (org). ed Cortez – São Paulo : 2016.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M.V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação metodológica**. Ed.: 39. São Paulo: Cortez/ Celats, 2009.

CFESS: Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 20 fev. 2017

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Diretrizes curriculares para os cursos de serviço social, resolução n º15 de 13 de março de 2002. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/js/library/pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

Lei de diretrizes e base da educação nacional. Lei nº 9394, de 20 de novembro de 1996. **DOU**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

FAERMANN, A. Lindamar. **Teoria social de Marx: conhecimentos e contribuições ao trabalho do assistente social**. Serv. Soc. Rev. Londrina. vol 18. n. 2. P. 34 – 51, jan/jun. 2016

FERREIRA SILVA, Maria das Graças Miranda. Marxismo, pluralismo e formação profissional do assistente social. **Revista Teoria Política e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 145-150, dez. 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Método e Técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Yolanda. **O projeto profissional crítico: estratégias de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 91. 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n 120. 2014.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Ed.: 25^a. São Paulo, Cortez. 2012.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Braziliense, 2008.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARTINELLI, M. L. **Serviço Social: identidade e alienação**. 13 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857 – 1858: esboços da crítica da economia política. Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider. Bioitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MIRANDA, V, S. N.: SOUZA, S. B. **O curso de Serviço Social no Recôncavo Baiano: os desafios na formação profissional.** ._____ In: Serviço Social, Trabalho e Direitos / Francisco Henrique da Costa Rozendo (org). UFRB – Cruz das Almas/BA: 2014.

MORAES, Elivânia da Silva. **Formação Profissional nos Cursos de Graduação em Serviço Social: pensamento e ação pedagógicos dos docentes.** 2014. 257 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, CEARÁ. 2014.

NETTO, J.P. **Ditadura e o Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64.** 15 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Democracia e Direitos Humanos na América Latina: aportes necessários ao debate. In: Freire, S. **Direitos Humanos e Questão social na América Latina.** Rio de Janeiro: UFRJ. 1998.

_____ **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 2 ed., São Paulo, Cortez, 1992.

_____ **Movimento de Reconceituação – 40 anos depois,** In: Revista Serviço Social e Sociedade (84), São Paulo: Cortez, 2005.

_____ **O Serviço Social e a tradição marxista.** Revista Quadrimestral de Serviço Social.ed. Cortez nº 30 – maio/agosto 1989.

_____. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à Crise Contemporânea.** In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I — Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

_____. **Introdução ao método na teoria social.** In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009. p. 667-700.

ORTIZ, F.G. **O Serviço Social no Brasil: Os fundamentos de sua Imagem Social e da Autoimagem de seus Agentes.** 1 ed. Rio de Janeiro:FAPERJ, 2010.

SANTOS, C. M. **Na prática a Teoria é Outra?:** mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SILVA E SILVA, M.O. **Serviço Social e o Popular: resgate metodológico do projeto profissional de ruptura.** 7.ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

YAZBEK, M. C. **O significado sócio - histórico da profissão.** In: CFESS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social. Direitos Sociais e Competências Profissionais.* 1ª ed. Brasília - DF: CFESS / ABEPSS, 2009, v. 1, p. 125-141.

KOIKE, Marieta. **Formação Profissional em Serviço Social: exigências atuais.** CFESS, ABEPSS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* CEAD/UnB. Brasília. 2009.

PEREIRA, Lugo. V. D. Et al. **A trajetória do Serviço Social na Bahia: formação acadêmica e desafios no âmbito da primeira universidade pública no Recôncavo.** Disponível em:

<<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-053.pdf>> Acesso em: 5 de março de 2017

JUSTINO, A. Aline. **As convergências teóricas entre o pensamento de Marxiano-Lukasciano e a Instrumentalidade do Serviço Social.** Disponível em:<http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt9/as_convergencias.pdf> Acesso em: 5 de abril de 2017.

UFRB: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA. **Projeto Pedagógico de Curso de Serviço Social.** Cachoeira, 2007.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa: A saúde do assistente social em foco.

Pesquisadora Responsável: Nalyni Carneiro Cardoso e Silva

Orientadora: Prof^a. Silvia Pereira

Contatos: (75)99140-5559/ nalynisilva@gmail.com

Instituição a que pertence: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Curso: Serviço Social

Prezada Sra/Sr,

Convido-a, através deste, a participar da pesquisa de campo integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “**A PRESENÇA DA TRADIÇÃO MARXISTA NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA: um olhar sobre a percepção dos discentes**”, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Silvia de Oliveira Pereira, apresentado ao curso de Serviço Social.

O objetivo deste estudo é analisar a influência da tradição marxista no curso de Serviço Social da UFRB, através da percepção dos discentes do curso de Serviço Social.

Os dados coletados nesta pesquisa, por meio de entrevista semi-estruturada, serão utilizados exclusivamente para análise, parte integrante do Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB e eventualmente em posteriores trabalhos acadêmicos.

Você pode se recusar a participar da pesquisa, assim como não responder a qualquer questão que não queira. Tem a liberdade em tirar dúvidas durante a entrevista, assim como em caso de desistência em participar da pesquisa em qualquer momento, exceto após a publicação dos resultados.

A sua participação é totalmente voluntária e sua identidade será mantida em sigilo, na análise e exposição das informações coletadas. Sua

participação é essencial para a realização desse estudo. Expresso concordância e consentimento para participar da pesquisa supracitada e minha participação é formalizada por meio da assinatura deste termo.

_____, ____/____/2017.

Assinatura do participante _____

Nome Completo: _____

Assinatura da pesquisadora _____

Nome

Completo: _____

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Identificação

2. Qual o semestre que você está cursando?
 5º semestre
 6º semestre
 7º semestre
 dessemestralizado (a)

3. Qual o autor da Sociologia que você mais estudou ou ouviu falar durante a sua formação até o momento?

4. Quais disciplinas você teve acesso a teoria social de Marx?

5. Qual sua opinião sobre o Materialismo Histórico Dialético?

6. Na sua opinião qual a influência da Teoria Social de Marx no projeto Ético-Político da profissão?

7. Quais autores da tradição marxista você já leu?

8. Você já leu alguma obra de Marx?

9. Na sua opinião a teoria social de Marx possibilita compreender a relação entre teoria e prática?

10. Na sua opinião existe espaço para o pluralismo na formação profissional no curso de Serviço Social da UFRB?

11. Na sua opinião a teoria social crítica contribui na sua formação profissional?

12. Deseja falar algo mais ?